

Edital 31/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
31/2025	120073-MAER - BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS - SC	RAFAEL RICARDO TASCA	28/04/2025 11:30 (v 1.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	34/2025	67272.001675/2025-11

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

91034.2025

CONTRATANTE (UASG)

120073

OBJETO

Aquisição de materiais para manutenções de viaturas da BAFL e do CINDACTA-2, para atender a necessidade da Base Aérea de Florianópolis e do Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 605.333,63 (seiscentos e cinco mil e trezentos e trinta e três reais e sessenta e três centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia XX/XX/XXXX às XXh[A2] (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

MENOR PREÇO POR ITEM

Modo de disputa:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA

BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS

PREGÃO Nº 91034/2025

(Processo Administrativo nº67272.001675/2025-11)

Torna-se público que a Base Aérea de Florianópolis, por meio da Seção de Licitações e Contratos, sediado a Av. Santos Dumont, S/Nº, Tapera, realizará licitação, para registro de preços, na

modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Aquisição de materiais para manutenções de viaturas da BAFL e do CINDACTA-2, para atender a necessidade da Base Aérea de Florianópolis e do Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

1.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.[A1]

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham

celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.[A2]

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021[A3] , para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.5 e 3.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.10.13 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.[A3]

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.[A4]

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.[A5] [A6]

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. **VALOR UNITÁRIO DO ITEM;**

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo máximo, conforme tabela do TR.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.[A4]

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos

termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item .

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.[A3]

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores,

será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;[A8]

7.23.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.23.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.23.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.23.2.2. empresas brasileiras;

7.23.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. conter vícios insanáveis;

8.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.2. nexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.14.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.[A2]

8.14.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.14.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.14.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1.A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio do sistema, em formato digital.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e[A3]

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá utilizar outro

meio eletrônico, assegurado o prazo de **05** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **XX** (**xxxxx**) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://apl1.sti.fab.mil.br/epags/>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- 14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 14.1.6. fraudar a licitação;
- 14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 14.2.1. advertência;
 - 14.2.2. multa;
 - 14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial. [A2]

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.[A3]

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. [A4]

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail **baflpregoeiro@gmail.com**.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;;

16.11.3. Anexo III – Modelo da Nota de Empenho;

16.11.4. Anexo IV – PORTARIA GABAER Nº 623 GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

16.11.5. Anexo V –Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

16.11.6. Anexo VI – Termo de Ciência e concordância;

Florianópolis, data da assinatura eletrônica.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOAO PAULO GOMEZ LIMA DA SILVA

Autoridade competente

Termo de Referência 50/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
50/2025	120073-MAER - BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS - SC	DOUGLAS LEAO	22/04/2025 15:41 (v7.0)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	34/2025	67272.001675/2025-11

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES, EXCETO TIC

LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA

BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS

Processo Administrativo nº 67272.001675/2025-11

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Aquisição de materiais para manutenções de viaturas da BAFL e do CINDACTA-2, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	QTD BAFL	QTD CINDACTA- 2	QTD TOTAL	Unid Medida	Valor Unit	Valor Total R\$
		ADITIVO PARA COMBUSTÍVEL DIESEL						

1	617101	S10 – COMPOSIÇÃO: VEÍCULO, ANTICORROSIVO E FUNGICIDA. AÇÃO DESCARBONIZANTE, BACTERICIDA, FUNGICIDA, LUBRIFICANTE E PROTETIVA. TRATAMENTO DE DIESEL NA PROPORÇÃO MÍNIMA DE 1:400 L. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500 ML. REFERÊNCIA: BARDAHL MAX S10.	50	0	50	UN	84,16	4.208,00
2	601273	ADITIVO PARA RADIADOR, CONCENTRADO, ORGÂNICO, COMPOSIÇÃO BÁSICA: MONOETILENOGLICOL, ANTICORROSIVOS, EM CONFORMIDADE COM A NBR 15297. EMBALAGEM COM 1 L.	60	0	60	L	32,63	1.957,80
3	618966	ÁGUA DESMINERALIZADA PARA USO EM SISTEMAS DE ARREFECIMENTO E EM BATERIAS COM MANUTENÇÃO. EMBALAGEM COM 5 LITROS.	30	0	30	UN	26,44	793,20
4	429708	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 50 AH, D, CCA MÍNIMO 400 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 18 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA UTILIZAÇÃO EM FIAT UNO, TRATORES E STRADA	5	0	5	UN	526,33	2.631,65
5	419344	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 60 AH, D, CCA MÍNIMO 440 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 18 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM FIAT DOBLÓ, PEUGEOT 307 E VW PARATI	6	0	6	UN	514,20	3.085,20
6	375719	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 70 AH, D, CCA MÍNIMO 500 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 18 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM L200 E RANGER	8	0	8	UN	693,36	5.546,88

7	430483	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA PARA VEÍCULOS MÉDIO/PESADOS, 95 AH, D, CCA MÍNIMO 700 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 18 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM PEUGEOT BOXER	5	0	5	UN	813,26	4.066,30
8	419343	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA PARA VEÍCULOS PESADOS, 100 AH, E, CCA MÍNIMO 700 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 15 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM VOLARE, ATEGO 1726, IVECO, CARGO	16	0	16	UN	1.027,97	16.447,52
9	397777	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA PARA VEÍCULOS PESADOS, 150 AH, E, CCA MÍNIMO 1000 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 15 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM CAMINHÕES E GERADORES	12	0	12	UN	1.095,44	13.145,28
10	372360	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA, 12 V, 30 AH, COM MEDIDAS EXTERNAS MÁXIMAS DE 200 x 135 x 190 mm (C x L x H), BORNES PARA APARAFUSAR O CABO. UTILIZAÇÃO EM MICROTRATORES CORTADORES DE GRAMA HUSQVARNA E TOYAMA	2	0	2	UN	487,00	974,00
11	458450	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA, 6AH, CCA MÍNIMO DE 60A, SEM MANUTENÇÃO, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES	3	0	3	UN	228,58	685,74
12	244665	CÂMARA DE AR PARA PNEU 10.00 R 20, VÁLVULA TC 131	20	0	20	UN	159,97	3.199,40

13	343788	CÂMARA DE AR PARA PNEU 3.75 R8 INDUSTRIAL PARA ROÇADEIRA DO MICROTRATOR TRAMONTINI TR-18	3	0	3	UN	33,88	101,64
14	242589	CÂMARA DE AR PARA PNEU 9.00 R 20, VÁLVULA TC131	15	0	15	UN	128,74	1.931,10
15	477840	CÂMARA DE AR PARA PNEU AGRÍCOLA 600 R12, VÁLVULA TR 218A – TRAMONTINI TR-18	4	0	4	UN	117,60	470,40
16	239291	CÂMARA DE AR PARA PNEU AGRÍCOLA 7,5 R15, VÁLVULA TR 218A – AGRALE 4230.4	4	0	4	UN	93,00	372,00
17	477838	CÂMARA DE AR PARA PNEU AGRÍCOLA 9,5 R24 – VÁLVULA CENTRAL TR 218A – REFERÊNCIA – AGRALE 4230-4	3	0	3	UN	283,03	849,09
18	402986	CERA AUTOMOTIVA CRISTALIZADORA DE PINTURA COM PROTEÇÃO UV, COM ESPONJA APLICADORA. COMPOSIÇÃO: SOLVENTE ORGÂNICO, CERA SINTÉTICA, CERA DE CARNAÚBA, RESINA, ESPESSANTE E ESSÊNCIA. REFERÊNCIA SUN CAR WAX. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 100 g	15	0	15	UN	40,14	602,10
19	294978	CORREIA DO CORTADOR DE GRAMA PARA MICROTRATOR HUSQVARNA Z 242 F – REF 587 27 00-01	6	0	6	UN	407,02	2.442,12
20	454562	CORREIA PARA MICROTRATOR TRAMONTINI TR-18: REFERÊNCIA B-52	5	0	5	UN	30,40	152,00
21	454677	CORREIA PARA MICROTRATOR TRAMONTINI TR-18: REFERÊNCIA B-78	6	0	6	UN	46,06	276,36
22	480047	DESCARBONIZANTE EM SPRAY PARA BICOS INJETORES, TBI – EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 ML	15	0	15	UN	57,70	865,50

23	261317	DESENGRIPANTE LÍQUIDO AEROSSOL AUTOMOTIVO. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 ML.	30	0	30	UN	21,95	658,50
24	358886	DESENCROSTANTE ALCALINO AUTOMOTIVO PARA LIMPEZA PESADA DE ÓLEO, GRAXA E GORDURAS, TIPO METASIL BR 36 PLUS OU SIMILAR. EMBALAGEM COM 5 LITROS.	3	0	3	UN	150,87	452,61
25	617028	DETERGENTE AUTOMOTIVO NEUTRO, COM CERA, CONCENTRADO, DILUIÇÃO MÍNIMA DE 1:20, EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 20 KG ou 20 L.	10	0	10	UN	199,24	1.992,40
26	438910	Fluido ARLA 32 (solução a 32,5% de uréia de alta pureza em água desmineralizada), embalagem com 20 litros	40	0	40	UN	102,25	4.090,00
27	263657	FLUIDO DE SISTEMA DE FREIO, APLICAÇÃO VEÍCULO AUTOMOTIVO, DOT 4, frasco com 500 ml	40	0	40	UN	36,13	1.445,20
28	451979	FUNDO CONVERTEDOR DE FERRUGEM EM BASE PRONTA PARA PINTURA. REFERÊNCIA TF-7. EMBALAGEM COM 1 LITRO.	10	0	10	UN	33,02	330,20
29	601311	GRAXA AUTOMOTIVA CHASSIS – SAE NLGI 2 – BALDE COM 20KG	2	0	2	UN	557,38	1.114,76
30	612157	LÂMINA DE CORTE DE GRAMA PARA MICROTRATOR GIRO ZERO HUSQVARNA Z 242F 2019 - REF 586918102	6	0	6	UN	515,75	3.094,50
31	414051	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA H1 55W 12V	10	0	10	UN	36,66	366,60
32	470076	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA H1 24V 70W	10	0	10	UN	43,81	438,10
		LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA H4						

33	363567	12V 55-60W 3200 K	15	0	15	UN	33,66	504,90
34	363569	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA H4 24V 70-75W 3200K	10	0	10	UN	33,44	334,40
35	470074	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA H7 12V 55W	15	0	15	UN	43,86	657,90
36	478381	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA H7 24V 70W	15	0	15	UN	40,10	601,50
37	450605	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA H8 12V 35W – ARGO	4	0	4	UN	48,48	193,92
38	472392	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA H11 12V	4	0	4	UN	93,54	374,16
39	363341	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA P21 /5W 12V (2 POLOS)	20	0	20	UN	4,26	85,20
40	363566	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA P21 /5W 24V (2 POLOS)	20	0	20	UN	8,52	170,40
41	329597	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA P21W 12V	20	0	20	UN	5,78	115,60
42	617209	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA P21W 24V	20	0	20	UN	13,53	270,60
43	617204	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA PY21W 12V	20	0	20	UN	12,99	259,80
44	472407	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA PY21W 24V	20	0	20	UN	15,50	310,00
45	392390	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA R10W 24V	30	0	30	UN	4,20	126,00
46	460603	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA W5W 12V	30	0	30	UN	4,30	129,00
47	472408	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA W5W 24V	30	0	30	UN	10,13	303,90
48	450807	LIMPA FREIOS DESENGRAXANTE EM SPRAY – EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500 ML	20	0	20	UN	49,76	995,20

49	342628	LIMPA PNEU, ASPECTO FÍSICO GEL CREMOSO, PARA APLICAÇÃO EM SUPERFÍCIES EMBORRACHADAS E PNEUS. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 3 KG	6	0	6	UN	82,28	493,68
50	369251	LIMPADOR DE CONTATOS ELÉTRICOS /ELETRÔNICOS. AEROSSOL, PARA LIMPEZA DE COMPONENTES ELÉTRICOS, FÁCIL EVAPORAÇÃO, NÃO CONDUTOR, NÃO INFLAMÁVEL, SEM CFC. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 ML	20	0	20	UN	24,99	499,80
51	463190	ÓLEO LUBRIFICANTE ATF PARA DIREÇÃO HIDRÁULICA, FRASCO COM 1 L	30	0	30	L	52,70	1.581,00
52	470282	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SINTÉTICO SAE 0W20 SN OU SUPERIOR, APLICAÇÃO FIAT ARGO 1.3. EMBALAGEM DE 1L	30	0	30	L	47,29	1.418,70
53	467708	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SINTÉTICO, SAE 5W30, API SN OU SUPERIOR, APLICAÇÃO EM MOTORES GASOLINA, ETANOL E FLEX. EMBALAGEM COM 1 L.	100	0	100	L	40,57	4.057,00
54	461563	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SINTÉTICO, SAE 5W30, API SL OU SUPERIOR, ACEA A5/B5; A1/B1, APLICAÇÃO EM MOTORES GASOLINA, ETANOL GNV, FLEX OU DIESEL LEVE. EMBALAGEM COM 1 L.	100	500	600	L	70,85	42.510,00
		ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SINTÉTICO, SAE 5W30, API SN OU SUPERIOR, MOTORES DIESEL COM						

55	472932	SISTEMA DPF, ACEA C3-16 ou superior, MITSUBISHI TRITON 2022 > e RENAUL MASTER 2023 >. REF LUBRAX VALORA OFF ROAD. EMBALAGEM COM 1L	120	0	120	L	52,12	6.254,40
56	461564	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO, SINTÉTICO, SAE 5W40, API SN ou superior, APLICAÇÃO EM MOTORES GASOLINA OU ETANOL, EMBALAGEM COM 1 L.	40	0	40	L	65,98	2.639,20
57	471969	ÓLEO LUBRIFICANTE EXTRA TURBO, API SERVICE CI-4/SL SAE 15W40 – EMBALAGEM COM 20 L	30	30	60	UN	473,83	14.214,90
58	461657	ÓLEO LUBRIFICANTE HIDRÁULICO SAE 68, EMBALAGEM COM 20 LITROS	15	0	15	UN	265,50	3.982,50
59	467401	ÓLEO LUBRIFICANTE Náutico, 2 TEMPOS, TCW3, BASE SINTÉTICA, EMBALAGEM COM 1 L	100	0	100	L	53,08	5.308,00
60	461574	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOCICLETA 4 TEMPOS, SAE 20W50, JASO-MA2, API-SL OU SUPERIOR, EMBALAGEM COM 1 LITRO	20	0	20	L	43,45	869,00
61	246795	PNEU 165/70 R13 79T	5	0	5	UN	404,82	2.024,10
62	464148	PNEU 185 R14 C 102/100R 8 LONAS PARA KOMBI 2013	5	0	5	UN	625,77	3.128,85
63	244510	PNEU 185/60 R14 82H	5	0	5	UN	314,29	1.571,45
64	268146	PNEU 185/60 R15 88H – DOBLO/ARGO	10	30	40	UN	504,33	20.173,20
65	264585	PNEU 185/65 R15 88H – LOGAN	5	30	35	UN	409,83	14.344,05
66	248158	PNEU 195/65 R15 – 91H – PEUGEOT 307	5	0	5	UN	548,50	2.742,50
67	464150	PNEU 205/75 R16 C 110/108 R – PEUGEOT BOXER	5	30	35	UN	956,66	33.483,10
68	464151	PNEU 215/75 R17.5 126/124M – VOLARE/ CARGO 816 – REFERÊNCIA FR85	12	20	32	UN	1.192,50	38.160,00

69	398435	PNEU 225/50 R17 98V – FORD FUSION 2010	5	0	5	UN	699,46	3.497,30
70	468478	PNEU 225/65 R 16 C – 112/110 R – RENAULT MASTER 2023	10	30	40	UN	1.140,76	45.630,40
71	269566	PNEU 225/75 R16 107/110S AT/R PARA L200 2008	8	0	8	UN	766,91	6.135,28
72	362570	PNEU 235/75 R15 109S – RANGER 2010	5	0	5	UN	682,84	3.414,20
73	429623	PNEU 255/70 R16 (111T ou 109H) – RANGER 2014	5	30	35	UN	1.055,35	36.937,25
74	365686	PNEU 265/70 R16 A/T 112S PARA L200 TRITON 2022/2023	12	0	12	UN	1.474,35	17.692,20
75	308065	PNEU 275/80 R 22,5, 16 lonas, 149/146 L, SEM CÂMARA - RODOVIÁRIO	20	10	30	UN	2.563,69	76.910,70
76	313823	PNEU 600/12 PARA TRAMONTINI TR-18	2	0	2	UN	570,59	1.141,18
77	239321	PNEU AGRÍCOLA 7,5 L R15 – AGRALE 4230,4	2	0	2	UN	842,99	1.685,98
78	294170	PNEU DE CARGA PARA USO MISTO, 10.00 R20, 16PR, 146/143K, RADIAL, PARA USO COM CÂMARA NO EIXO DIRECIONAL – REFERÊNCIA PIRELLI FG01	5	0	5	UN	2.732,63	13.663,15
79	337425	PNEU DE CARGA PARA USO MISTO, 9.00 R20, 140/137K, RADIAL, PARA USO COM CÂMARA – REFERÊNCIA PIRELLI FG01	12	0	12	UN	2.414,32	28.971,84
80	294171	PNEU DE CARGA, 10.00 R20, 16PR, 146 /143K, RADIAL, PARA USO FORA DE ESTRADA E COM CÂMARA PARA TRAÇÃO – REFERÊNCIA PIRELLI TG01	20	0	20	UN	3.033,33	60.666,60
81	440726	PROTETOR DE CÂMARA PARA PNEU DE CAMINHÃO ARO 20 (900R20 e 1000R20)	30	0	30	UN	75,99	2.279,70
82	421259	VASELINA LÍQUIDA, AEROSOL, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 ML	10	0	10	UN	21,14	211,40
83	463477	FILTRO PARA ÓLEO LUBRIFICANTE – REFERÊNCIA WEGA WOE506 – RENAULT	12	8	20	UN	47,37	947,40

		MASTER						
84	368025	FILTRO PARA ÓLEO LUBRIFICANTE – REFERÊNCIA WEGA WOE912 (FIAT DOBLO 1.8)	2	20	22	UN	27,78	611,16
85	345265	FILTRO PARA ÓLEO LUBRIFICANTE – REFERÊNCIA WEGA WO121 (ARGO 1.3)	2	6	8	UN	20,47	163,76
86	321551	FILTRO PARA ÓLEO LUBRIFICANTE – REFERÊNCIA WEGA JFO0315 (L200 2.4)	4	20	24	UN	50,52	1.212,48
87	349775	FILTRO PARA AR DO MOTOR – REFERÊNCIA WEGA FAP3271/4 – RENAULT MASTER	4	8	12	UN	99,70	1.196,40
88	342809	KIT TROCA DE FILTROS PARA MITSUBISHI L200 TRITON 2.4 – REFERÊNCIA WEGA WKU541 – (L200 2.4)	4	8	12	UN	143,06	1.716,72
89	326041	FILTRO PARA AR DO MOTOR – REFERÊNCIA WEGA FAP9121 (FIAT DOBLO 1.8)	2	10	12	UN	40,30	483,60
90	612438	FILTRO DE COMBUSTÍVEL – REFERÊNCIA WEGA FCD0816/2 (RENAULT MASTER)	4	8	12	UN	38,63	463,56
91	610638	FILTRO DE COMBUSTÍVEL – REFERÊNCIA WEGA FCI1660 (FIAT ARGO)	2	10	12	UN	30,51	366,12
92	485847	FILTRO DE COMBUSTÍVEL – REFERÊNCIA WEGA FCI1630 (PEUGEOT 307)	2	6	8	UN	17,34	138,72
93	284023	PNEU 225/70 R15 C 112/110 R (SPRINTER)	6	0	6	UN	770,81	4.624,86
94	621831	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA, 80 AH, TIPO EFB (START STOP), 12 V, MÍNIMO DE 730 A DE CCA. GARANTIA MÍNIMA DE 24 MESES.	4	0	4	UN	1.025,74	4.102,96
95	257758	PNEU 195/75 R 16C, 110/108 R para FORD TRANSIT 2024.	6	0	6	UN	1.132,45	6.794,70

TOTAL ESTIMADO R\$	605.333,63
--------------------	------------

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de **um ano** contados do(a) data de assinatura da Ata, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 0394429000100-0-000028/2025;
 - II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2024;
 - III) Id do item no PCA: 106 A 112;
 - IV) Classe/Grupo: 2520 - COMPONENTES DE TRANSMISSÃO DE VEÍCULOS, 2610 - PNEUS E CÂMARAS DE AR, EXCETO OS DE AERONAVES, 2940 - FILTROS DE AR E DE ÓLEO, ELEMENTOS FILTRANTES E PURIFICADO- RES DE MOTORES, EXCETO DE AERONAVES, 6140 - BATERIAS RECARREGÁVEIS, 6850 - ESPECIALIDADES QUÍMICAS DIVERSAS, 7930 - COMPOSTOS E PREPARADOS PARA LIMPEZA E POLIMENTO e 9150 - ÓLEOS E GRAXAS PARA CORTE, LUBRIFICAÇÃO E SISTEMAS HIDRÁULICOS;
 - V) Identificador da Futura Contratação: 120073-34/2025;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Para óleos lubrificantes:

a) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que esteja previamente registrado na ANP;

b) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;

c) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;

d) Só será admitida a oferta de óleos lubrificantes para motores (relacionados no art. 2º da Resolução nº 804, de 2019, da ANP), classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da mesma Resolução;

e) Não será aceita a oferta de produto que se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.

4.1.2. Para baterias automotivas:

4.1.2.1. Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;

c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

4.1.2.2. Quanto a obrigação da contratada providenciar o adequado recolhimento das baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata, informo que a Contratante irá realizar a destinação correta.

4.1.2.3. Destacamos que às baterias terão aquisição sem troca, pois serão adquiridas para compor estoque.

4.1.3. Para os pneus automotivos:

4.1.3.1 Os fabricantes e importadores de pneus novos devem coletar e dar destinação adequada aos pneus inservíveis existentes no território nacional, nos termos da Resolução CONAMA nº 416/2009 e Instrução Normativa nº 09/2021, A Portaria 379/2021- INMETRO traz orientações sobre a Etiqueta nacional de Conservação de Energia para pneus novos (ENCE) e suas categorias. A exigência da melhor categoria em uma licitação é indicada com base nos princípios da eficiência, e desenvolvimento nacional sustentável e consideração do ciclo de vida. Entretanto, em virtude da

aquisição de pneus ser realizada para compor estoques, a BAFL dará a destinação correta aos pneus substituídos.

4.1.4. Para substâncias que destroem a camada de ozônio (SDOs), como aerossóis, solventes, etc.: nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

4.2. Requisitos:

4.2.1 Para pneus: só será admitida a oferta de pneu que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO nº 379/2021 e os fabricantes, os importadores e os reformadores (pessoas que realizam o condicionamento de pneumáticos) de pneus e os destinadores (os que realizam a destinação final ambientalmente correta) de pneus inservíveis também devem estar registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais. Em caso de pneus importados, será exigido CTF do importador e não do fabricante.

4.2.2. Para produtos químicos: cadastro do fabricante no CTF.

4.2.3. Para lubrificantes e derivados de petróleo há necessidade de apresentação do CTF do fabricante e cumprimento dos requisitos abaixo:

a) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que esteja previamente registrado na ANP;

b) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;

c) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;

d) Só será admitida a oferta de óleos lubrificantes para motores (relacionados no art. 2º da Resolução nº 804, de 2019, da ANP), classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da mesma Resolução;

e) Não será aceita a oferta de produto que se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP;

f) O óleo lubrificante deverá ser novo e de primeira linha, sendo vedado aos fornecedores a substituição por outros que não obedeçam este requisito.

4.2.4. Para baterias: além do registro do fabricante ou importador no CTF (https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/certificado_regularidade_consulta.php) há necessidade de registro da bateria no INMETRO (<http://www.inmetro.gov.br/prodcert/empresas/lista.asp>).

4.2.4.1 Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.4.3. Legislações específicas:

4.3.1. Exigência de cadastro no CTF:

- Lei nº 6.938, de 1981 (Política Nacional do Meio Ambiente);
- Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021 (Regulamenta a obrigação de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais);
- Instrução Normativa nº 6, de 27 de janeiro de 2022 (Consolida o Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais na Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021);
- Instrução Normativa nº 13 de abril de 2018 (Institui o Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no CTF de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais).

4.3.2. Aquisição de óleo lubrificante:

- Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos
- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.
- Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 (Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.)
- Resolução nº 804, de 2019 da ANP (Estabelece critérios para obtenção do registro de graxas e óleos lubrificantes a serem comercializados no território nacional.)

4.3.3. Aquisição de baterias:

- Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;
- Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008 (Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.);
- Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012 (Institui, para fabricantes nacionais e importadores, os procedimentos relativos ao controle do recebimento e da destinação final de pilhas e baterias ou produto que as incorporem.);
- Portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022 (Aprova os Regulamentos Técnicos da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Componentes Automotivos – Consolidado).

4.3.4. Aquisição de pneus:

- Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos - Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;
- Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009 (Dispõe sobre prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada);
- Instrução Normativa 9, de 20 de julho de 2021, IBAMA (Institui, no âmbito do Ibama, os procedimentos necessários ao cumprimento da Resolução Conama nº 416, de 30 de setembro de 2009, pelos fabricantes e importadores de pneus novos, sobre coleta e destinação final de pneus inservíveis.);

- Portaria 379, de 19/09/2021, INMETRO (aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Pneus Novos).

4.3.5. Substâncias que destroem a camada de ozônio:

- Decreto nº 99.280, de 1990 (Promulgação da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.);

- Decreto nº 181, de 24 de julho de 1991 (Promulga os Ajustes ao Protocolo de Montreal Sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, de 1987.)

- Decreto nº 2.679, de 1998 (Promulga as Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, assinadas em Copenhague, em 25 de novembro de 1992);

- Decreto nº 2.783, de 1998 (Dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional);

- Decreto nº 5.280, de 2004 (Promulga os textos das Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, aprovadas em Montreal, em 17 de setembro de 1997, ao término da Nona Reunião das Partes, e, em Pequim, em 3 de Dezembro de 1999, por ocasião da Décima Primeira Reunião das Partes.)

- Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018 (Regulamenta o controle ambiental do exercício de atividades potencialmente poluidoras referentes às substâncias sujeitas a controle e eliminação conforme o Protocolo de Montreal)

<https://www.google.com>

/searchq=decreto+11550&rlz=1C1GCEU_ptBRBR1037BR1037&oq=decreto+&aqs=chrome.0.35i39i650j69i64j 69i57j69i59j0i512j69i60l3.3431j0j1&sourceid=chrome&ie=UTF-8- Este Decreto revogou o SINARE - Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SINARE), que havia instituído pelo Decreto nº 11.075/2022

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do(a) solicitação mediante envio da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega no prazo determinado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Seção de Almoxarifado Geral - Av Santos Dumont, S/Nº, Tapera, Florianópolis/SC. CEP 88047-901.

5.3.1. O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A1]

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de

apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- i) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- j) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- k) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; e
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g”, “h” e “i” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” “d”, “f”, “j” e “k”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:[A1]

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 03 (três) dias.

7.2.4.1.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, entre o 4º (quarto) até o 30º (trigésimo) dia.

7.2.4.1.2 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, entre o 31º (trigésimo primeiro) até o 60º (sexagésimo) dia, inclusive.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1.O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” de **1% (um por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “f” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima alíneas “b” e “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 3% (três por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.8 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “i” e “j”, de 0,4% (quatro décimos por cento) a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da contratação.

7.2.4.9 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “k”, de 1% (um por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.

7.2.4.10 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “I”, de 8% (oito por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1] , no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.[A2]

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.[A3]

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1.o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.[A4]

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.27 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.28. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]

8.29. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.30. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.31. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.32. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

Reajuste

8.33. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 12/03/2025.

8.34. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.35. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.36. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.37. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.38. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.39. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.51. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será parcelado mediante necessidade de aquisição para manutenções preventivas e corretivas, bem como para complementação de estoques.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A5]

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A7]

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A8]

Qualificação Econômico-Financeira[A9]

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo* de 1% do valor total estimado da contratação.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

9.31. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.32. *Prova de atendimento aos requisitos de contratação dispostos no item 4 e subitens.*

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 605.333,63 (seiscentos e cinco mil e trezentos e trinta e três reais e sessenta e três centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**:

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato. [A4]

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 120073;

II) Fonte de recursos: 10000000000;

III) Programa de trabalho: 168930;

IV) Elemento de despesa: 339030; e

V) Plano interno: A0000340100.

~~11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.[A1]~~

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

Florianópolis, 17 de março de 2025.

JOÃO PAULO GOMEZ LIMA DA SILVA CEL Av

Autoridade Competente

NATAL PEDRO FACHINI CAP QOEA R1

Chefe do Setor Solicitante

DOUGLAS LEÃO SO SEM

Encarregado da STS

LUCAS ARAÚJO GUIMARÃES 2S SEM

Auxiliar da STS

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] **OU** [constante deste Anexo], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

14. 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

15. 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9. A Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9.1. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A1]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português.

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A3]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor

correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A4]

4.1.18. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A5] :

4.1.19. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados:

4.1.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

17. 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

18. 6. DOS CASOS OMISSOS

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. 7. ALTERAÇÕES

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A1]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. 8. FORO

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

21. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no

Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o **Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica** nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NATAL PEDRO FACHINI

Chefe da Seção de Transporte de Superfície

DOUGLAS LEAO

Equipe de apoio

LUCAS ARAUJO GUIMARAES

Equipe de apoio

Despacho: Aprovo o Termo de Referência sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o interesse público.

JOAO PAULO GOMEZ LIMA DA SILVA

Autoridade competente



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TR 50/2025
Data/Hora de Criação:	22/04/2025 18:44:11
Páginas do Documento:	35
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	36
Hash MD5:	032c2e7e1cfecf44a043d261df25e976
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Suboficial DOUGLAS LEÃO no dia 22/04/2025 às 15:44:41 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento LUCAS ARAUJO GUIMARÃES no dia 22/04/2025 às 15:46:25 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap NATAL PEDRO FACHINI no dia 22/04/2025 às 15:48:26 no horário oficial de Brasília.

Estudo Técnico Preliminar 28/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 67272.001675/2025-11

2. Descrição da necessidade

Objeto

2.1 Aquisição de materiais para aplicação nas manutenções preventivas e corretivas de veículos da Base Aérea de Florianópolis (BAFL).

Identificação da necessidade da contratação

2.2 Adquirir materiais com a finalidade de internalização de serviços básicos, redução dos valores dispendidos com mão de obra e com os valores destinados ao contrato de manutenção das viaturas da OM.

Problema a ser resolvido

2.3 Determinar a melhor forma de contratação de fornecedores para a aquisição de materiais de manutenção para viaturas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Transporte de Superfície	Natal Pedro Fachini Cap QOEA Fot R1

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Critérios e Práticas Sustentáveis

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e nas Legislações vigentes:
- 4.1.1. Para óleos lubrificantes:
- a) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que esteja previamente registrado na ANP;
 - b) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;
 - c) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;
 - d) Só será admitida a oferta de óleos lubrificantes para motores (relacionados no art. 2º da Resolução nº 804, de 2019, da ANP), classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da mesma Resolução;
 - e) Não será aceita a oferta de produto que se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.
- 4.1.2. Para baterias automotivas:

4.1.2.1. Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

- a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;
- b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;
- c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

4.1.2.2. Quanto a obrigação da contratada providenciar o adequado recolhimento das baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata, informo que a Contratante irá realizar a destinação correta.

4.1.2.3. Destacamos que às baterias terão aquisição sem troca, pois serão adquiridas para compor estoque.

4.1.3. Para os pneus automotivos:

4.1.3.1 Os fabricantes e importadores de pneus novos devem coletar e dar destinação adequada aos pneus inservíveis existentes no território nacional, nos termos da Resolução CONAMA nº 416/2009 e Instrução Normativa nº 09/2021, A Portaria 379/2021 - INMETRO traz orientações sobre a Etiqueta nacional de Conservação de Energia para pneus novos (ENCE) e suas categorias. A exigência da melhor categoria em uma licitação é indicada com base nos princípios da eficiência, e desenvolvimento nacional sustentável e consideração do ciclo de vida. Entretanto, em virtude da aquisição de pneus ser realizada para compor estoques, a BAFL dará a destinação correta aos pneus substituídos.

4.1.4. Para substâncias que destroem a camada de ozônio (SDOs), como aerossóis, solventes, etc.: nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

4.2. Requisitos:

4.2.1 Para pneus: só será admitida a oferta de pneu que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO nº 379/2021 e os fabricantes, os importadores e os reformadores (pessoas que realizam o condicionamento de pneumáticos) de pneus e os destinadores (os que realizam a destinação final ambientalmente correta) de pneus inservíveis também devem estar registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais. Em caso de pneus importados, será exigido CTF do importador e não do fabricante.

4.2.2. Para produtos químicos: cadastro do fabricante no CTF.

4.2.3. Para lubrificantes e derivados de petróleo há necessidade de apresentação do CTF do fabricante e cumprimento dos requisitos abaixo:

- a) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que esteja previamente registrado na ANP;
- b) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;
- c) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;
- d) Só será admitida a oferta de óleos lubrificantes para motores (relacionados no art. 2º da Resolução nº 804, de 2019, da ANP), classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da mesma Resolução;
- e) Não será aceita a oferta de produto que se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP;
- f) O óleo lubrificante deverá ser novo e de primeira linha, sendo vedado aos fornecedores a substituição por outros que não obedeçam este requisito.

4.2.4. Para baterias: além do registro do fabricante ou importador no CTF (https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/certificado_regularidade_consulta.php) há necessidade de registro da bateria no INMETRO (<http://www.inmetro.gov.br/prodcert/empresas/lista.asp>).

4.2.4.1 Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

Lei ou Regulamentos Específicos

4.3. Exigência de cadastro no CTF:

- Lei nº 6.938, de 1981 (Política Nacional do Meio Ambiente);
- Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021 (Regulamenta a obrigação de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais);
- Instrução Normativa nº 6, de 27 de janeiro de 2022 (Consolida o Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais na Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021);
- Instrução Normativa nº 13 de abril de 2018 (Institui o Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no CTF de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais).

4.4. Aquisição de óleo lubrificante:

- Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos
- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.
- Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 (Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.)
- Resolução nº 804, de 2019 da ANP (Estabelece critérios para obtenção do registro de graxas e óleos lubrificantes a serem comercializados no território nacional.)

4.5. Aquisição de baterias:

- Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;
- Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008 (Estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado, e dá outras providências.);
- Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012 (Institui, para fabricantes nacionais e importadores, os procedimentos relativos ao controle do recebimento e da destinação final de pilhas e baterias ou produto que as incorporem.);
- Portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022 (Aprova os Regulamentos Técnicos da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Componentes Automotivos – Consolidado).

4.6. Aquisição de pneus:

- Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos - Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010;
- Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009 (Dispõe sobre prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada);
- Instrução Normativa nº 9, de 20 de julho de 2021, IBAMA (Institui, no âmbito do Ibama, os procedimentos necessários ao cumprimento da Resolução Conama nº 416, de 30 de setembro de 2009, pelos fabricantes e importadores de pneus novos, sobre coleta e destinação final de pneus inservíveis.);
- Portaria 379, de 19/09/2021, INMETRO (aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Pneus Novos).

4.7. Substâncias que destroem a camada de ozônio:

- Decreto nº 99.280, de 1990 (Promulgação da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.);
- Decreto nº 181, de 24 de julho de 1991 (Promulga os Ajustes ao Protocolo de Montreal Sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, de 1987.) - Decreto nº 2.679, de 1998 (Promulga as Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, assinadas em Copenhague, em 25 de novembro de 1992);
- Decreto nº 2.783, de 1998 (Dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDO, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional);
- Decreto nº 5.280, de 2004 (Promulga os textos das Emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, aprovadas em Montreal, em 17 de setembro de 1997, ao término da Nona Reunião das Partes, e, em Pequim, em 3 de Dezembro de 1999, por ocasião da Décima Primeira Reunião das Partes.)
- Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018 (Regulamenta o controle ambiental do exercício de atividades potencialmente poluidoras referentes às substâncias sujeitas a controle e eliminação conforme o Protocolo de Montreal)

- https://www.google.com/searchq=decreto+11550&rlz=1C1GCEU_ptBRBR1037BR1037&oq=decreto+&aqs=chrome.0.35i39i650j69i64j69i57j69i59j0i512j69i60l3.3431j0j1&sourceid=chrome&ie=UTF-8
- Este Decreto revogou o SINARE - Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SINARE), que havia instituído pelo Decreto nº 11.075/2022

Qualificação Técnica

4.8. A licitante deverá comprovar o atendimento ao fornecimento de produtos similares ou de mesma classe.

Catálogo de Padronização Eletrônico

4.9 Os itens constantes nesta aquisição não fazem parte do Catálogo Eletrônico de Padronização, o qual somente apresenta água mineral, café e açúcar.

5. Levantamento de Mercado

Soluções de mercado que atendam aos requisitos específicos.

5.1 Verificou-se que este tipo de aquisição de materiais é realizada em sua maioria através de Pregão Eletrônico para a realização de registro de preços, pois os materiais necessários são de uso comum e padronizados no mercado.

Solução e metodologia utilizada.

5.2 Foi realizada pesquisa nos parâmetros “Pesquisa de Preços” no site de mesmo nome e “aquisições e contratações similares de outros entes públicos” nos Portais de Compras do Governo Federal (COMPRASNET).

5.3 O período de consulta para levantamento de cotações foi de dezembro de 2024 a março de 2025.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Escopo/ Modelo e execução do objeto

6.1.1 Os itens licitados comporão a ata de registro de preços e serão adquiridos conforme a disponibilidade de recursos, necessidades de manutenções preventivas e corretivas e a recomposição de estoques.

6.2 Elementos da Contratação

6.2.1 Duração do contrato:

6.2.1.1 A contratação será realizada através de atas de registro de preços com validade de 12 meses.

6.2.2 Garantia/ Assistência Técnica;

6.2.2.1 A garantia a ser fornecida deve estar de acordo com o previsto no código de defesa do consumidor.

6.2.3 Critério de julgamento;

6.2.3.1 Será utilizado o critério de menor preço para a aquisição.

6.2.4 Material comum

6.2.4.1 Os itens a serem adquiridos são de consumo frequente pelas Organizações Militares, sendo classificados como bens comuns, conforme Art. 6º, XIII, da Lei 14.133/21.

6.2.5 Modalidade.

6.2.5.1. Utilização do Pregão pelo Sistema de Registro de Preços, estando presentes os pressupostos previstos na Lei 14.133/21, Art. 6º, XIII e XLI.

6.2.6 Registro de preço

6.2.6.1 Ao realizar uma licitação em virtude do exato enquadramento legal e das necessidades da Base Aérea de Florianópolis teremos uma ata de registro de preços com validade durante o período de 12 (doze) meses, atendendo, com isso, os Princípios da Eficiência e da Economicidade.

6.3 Justificativas técnicas e econômicas do tipo de solução escolhida

6.3.1 As quantidades consideradas estão de acordo com a demanda de anos anteriores, estimativas de uso em virtude do envelhecimento da frota de viaturas, reposição de estoque e possibilidade de utilização dos itens em virtude de manutenções preventivas e corretivas.

6.3.2. O histórico de consumo de material foi baseado no período dos últimos três anos, 2022, 2023 e 2024. Entretanto, devido a escassez de recursos, há demandas reprimidas de manutenções que se pretende realizar até o final do ano de 2025, como troca de pneus e lubrificantes em virtude do tempo de uso.

6.3.3. As aquisições serão realizadas mediante disponibilidade de crédito para o ano de 2025 em conjunto com o planejamento das manutenções preventivas e reposição de estoques.

6.3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4 Plano de Gestão Logística Sustentável

6.4.1 A contratação está de acordo com o Plano de Logística Sustentável da Base Aérea de Florianópolis quanto às compras e contratações sustentáveis, às quais devem inserir critérios de sustentabilidade.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Metodologia Aplicada

7.1.1 Para determinação do quantitativo estimado de contratação verificou-se os itens adquiridos nos últimos 3 anos, a frota incrementada após a última contratação, a possibilidade de manutenção de estoques físicos e "virtuais" com a manutenção de atas de registro de preços válidas para a pronta aquisição de alguns itens de maior custo, como pneus e lubrificantes.

7.1.2 Anexo encontram-se os comprovantes de aquisições dos materiais referentes aos 3 últimos anos.

7.2 Quantidade Estimada

7.2.1 Os quantitativos de cada material, tabela abaixo, foram estimados com base em históricos anteriores dos últimos três anos, bem como no incremento a frota de viaturas nos anos de 2023 a 2025.

ITEM	Cód SIASG	Descrição Material	QTD	QTD MÍNIMA	UN	AQUISIÇÕES ANTERIORES		
						2022	2023	2024
1	617101	ADITIVO PARA COMBUSTÍVEL DIESEL S10 – COMPOSIÇÃO: VEÍCULO, ANTICORROSIVO E FUNGICIDA. AÇÃO DESCARBONIZANTE, BACTERICIDA, FUNGICIDA, LUBRIFICANTE E PROTETIVA. TRATAMENTO DE DIESEL NA PROPORÇÃO MÍNIMA DE 1:400 L. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500 ML. REFERÊNCIA: BARDAHL MAX S10.	50	5	UN	0	0	20

2	601273	ADITIVO PARA RADIADOR, CONCENTRADO, ORGÂNICO, COMPOSIÇÃO BÁSICA: MONOETILENOGLICOL, ANTICORROSIVOS, EM CONFORMIDADE COM A NBR 15297. EMBALAGEM COM 1 L.	60	5	L	0	1	32
3	618966	ÁGUA DESMINERALIZADA PARA USO EM SISTEMAS DE ARREFECIMENTO E EM BATERIAS COM MANUTENÇÃO. EMBALAGEM COM 5 LITROS.	30	3	UN	0	0	0
4	429708	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 50 AH, D, CCA MÍNIMO 400 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 18 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA UTILIZAÇÃO EM FIAT UNO, TRATORES E STRADA	5	2	UN	0	0	2
5	419344	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 60 AH, D, CCA MÍNIMO 440 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 18 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM FIAT DOBLÓ, PEUGEOT 307 E VW PARATI	6	2	UN	0	0	4
6	375719	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 70 AH, D, CCA MÍNIMO 500 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 18 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM L200 E RANGER	8	2	UN	0	0	4
7	430483	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA PARA VEÍCULOS MÉDIO /PESADOS, 95 AH, D, CCA MÍNIMO 700 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 18 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM PEUGEOT BOXER	5	1	UN	2	0	1
8	419343	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA PARA VEÍCULOS PESADOS, 100 AH, E, CCA MÍNIMO 700 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 15 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM VOLARE, ATEGO 1726, IVECO, CARGO	16	2	UN	3	0	6
9	397777	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA PARA VEÍCULOS PESADOS, 150 AH, E, CCA MÍNIMO 1000 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 15 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM CAMINHÕES E GERADORES	12	2	UN	0	0	6
10	372360	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA, 12 V, 30 AH, COM MEDIDAS EXTERNAS MÁXIMAS DE 200 x 135 x 190 mm (C x L x H), BORNES PARA APARAFUSAR O CABO. UTILIZAÇÃO EM MICROTRATORES CORTADORES DE GRAMA HUSQVARNA E TOYAMA	2	1	UN	0	0	2
11	458450	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA, 6AH, CCA MÍNIMO DE 60A, SEM MANUTENÇÃO, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES	3	1	UN	0	0	0
12	244665	CÂMARA DE AR PARA PNEU 10.00 R 20, VÁLVULA TC 131	20	2	UN	0	0	12
		CÂMARA DE AR PARA PNEU 3.75 R8 INDUSTRIAL PARA						

13	343788	ROÇADEIRA DO MICROTRATOR TRAMONTINI TR-18	3	1	UN	0	0	0
14	242589	CÂMARA DE AR PARA PNEU 9.00 R 20, VÁLVULA TC131	15	2	UN	1	0	8
15	477840	CÂMARA DE AR PARA PNEU AGRÍCOLA 600 R12, VÁLVULA TR 218A – TRAMONTINI TR-18	4	2	UN	0	0	0
16	239291	CÂMARA DE AR PARA PNEU AGRÍCOLA 7,5 R15, VÁLVULA TR 218A – AGRALÉ 4230.4	4	2	UN	0	0	0
17	477838	CÂMARA DE AR PARA PNEU AGRÍCOLA 9,5 R24 – VÁLVULA CENTRAL TR 218A – REFERÊNCIA – AGRALÉ 4230-4	3	2	UN	0	0	0
18	402986	CERA AUTOMOTIVA CRISTALIZADORA DE PINTURA COM PROTEÇÃO UV, COM ESPONJA APLICADORA. COMPOSIÇÃO: SOLVENTE ORGÂNICO, CERA SINTÉTICA, CERA DE CARNAÚBA, RESINA, ESPESSANTE E ESSÊNCIA. REFERÊNCIA SUN CAR WAX. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 100 g	15	2	UN	0	0	5
19	294978	CORREIA DO CORTADOR DE GRAMA PARA MICROTRATOR HUSQVARNA Z 242 F – REF 587 27 00-01	6	2	UN	0	0	0
20	454562	CORREIA PARA MICROTRATOR TRAMONTINI TR-18: REFERÊNCIA B-52	5	2	UN	0	0	3
21	454677	CORREIA PARA MICROTRATOR TRAMONTINI TR-18: REFERÊNCIA B-78	6	2	UN	0	0	0
22	480047	DESCARBONIZANTE EM SPRAY PARA BICOS INJETORES, TBI – EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 ML	15	2	UN	0	0	0
23	261317	DESENGRIPANTE LÍQUIDO AEROSSOL AUTOMOTIVO. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 ML.	30	3	UN	0	0	14
24	358886	DESENCROSTANTE ALCALINO AUTOMOTIVO PARA LIMPEZA PESADA DE ÓLEO, GRAXA E GORDURAS, TIPO METASIL BR 36 PLUS OU SIMILAR. EMBALAGEM COM 5 LITROS.	3	2	UN	0	0	2
25	617028	DETERGENTE AUTOMOTIVO NEUTRO, COM CERA, CONCENTRADO, DILUIÇÃO MÍNIMA DE 1:20, EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 20 KG ou 20 L.	10	2	UN	0	0	0
26	438910	FLUIDO ARLA 32 (SOLUÇÃO A 32,5% DE UREIA DE ALTA PUREZA EM ÁGUA DESMINERALIZADA). EMBALAGEM COM 20 LITROS.	40	2	UN	0	0	10
27	263657	FLUIDO DE SISTEMA DE FREIO, APLICAÇÃO VEÍCULO AUTOMOTIVO, DOT 4, frasco com 500 ml	40	4	UN	0	0	12
		FUNDO CONVERTEDOR DE FERRUGEM EM BASE PRONTA PARA PINTURA. REFERÊNCIA TF-7. EMBALAGEM COM 1						

28	451979	LITRO.	10	2	UN	0	0	5
29	601311	GRAXA AUTOMOTIVA CHASSIS – SAE NLGI 2 – BALDE COM 20KG	2	1	UN	0	0	1
30	612157	LÂMINA DE CORTE DE GRAMA PARA MICROTRATOR GIRO ZERO HUSQVARNA Z 242F 2019 - REF 586918102	6	2	UN	0	0	0
31	414051	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA H1 55W 12V	10	2	UN	0	0	2
32	470076	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA H1 24V 70W	10	2	UN	0	0	0
33	363567	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA H4 12V 55-60W 3200 K	15	2	UN	0	0	3
34	363569	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA H4 24V 70-75W 3200K	10	2	UN	0	0	0
35	470074	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA H7 12V 55W	15	2	UN	0	0	2
36	478381	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA H7 24V 70W	15	2	UN	0	0	0
37	450605	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA H8 12V 35W – ARGO	4	2	UN	0	0	0
38	472392	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA H11 12V	4	2	UN	0	0	0
39	363341	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA P21/5W 12V (2 POLOS)	20	2	UN	0	0	3
40	363566	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA P21/5W 24V (2 POLOS)	20	2	UN	0	0	0
41	329597	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA P21W 12V	20	2	UN	0	0	4
42	617209	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA P21W 24V	20	2	UN	0	0	0
43	617204	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA PY21W 12V	20	2	UN	0	0	0
44	472407	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA PY21W 24V	20	2	UN	0	0	0
45	392390	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA R10W 24V	30	2	UN	0	0	0
46	460603	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA W5W 12V	3	2	UN	0	0	1
47	472408	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA W5W 24V	3	2	UN	0	0	0
48	450807	LIMPA FREIOS DESENGRAXANTE EM SPRAY – EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500 ML	20	2	UN	0	0	0
49	342628	LIMPA PNEU, ASPECTO FÍSICO GEL CREMOSO, PARA APLICAÇÃO EM SUPERFÍCIES EMBORRACHADAS E PNEUS. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 3 KG	6	2	UN	0	0	0
50	369251	LIMPADOR DE CONTATOS ELÉTRICOS /ELETRÔNICOS. AEROSSOL, PARA LIMPEZA DE COMPONENTES ELÉTRICOS, FÁCIL EVAPORAÇÃO, NÃO CONDUTOR, NÃO INFLAMÁVEL, SEM CFC. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 ML	20	2	UN	0	0	11

51	463190	ÓLEO LUBRIFICANTE ATF PARA DIREÇÃO HIDRÁULICA, FRASCO COM 1 L	30	2	L	0	0	0
52	470282	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SINTÉTICO SAE 0W20 SN OU SUPERIOR, APLICAÇÃO FIAT ARGO 1.3. EMBALAGEM DE 1L	30	3	L	0	4	4
53	467708	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SINTÉTICO, SAE 5W30, API SN OU SUPERIOR, APLICAÇÃO EM MOTORES GASOLINA, ETANOL E FLEX. EMBALAGEM COM 1 L.	100	5	L	0	0	109
54	461563	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SINTÉTICO, SAE 5W30, API SL OU SUPERIOR, ACEA A5/B5; A1/B1, APLICAÇÃO EM MOTORES GASOLINA, ETANOL GNV, FLEX OU DIESEL LEVE. EMBALAGEM COM 1 L.	100	5	L	0	0	0
55	472932	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SINTÉTICO, SAE 5W30, API SN OU SUPERIOR, MOTORES DIESEL COM SISTEMA DPF, ACEA C3-16 ou superior, MITSUBISHI TRITON 2022 > e RENAUL MASTER 2023 >. REF LUBRAX VALORA OFF ROAD. EMBALAGEM COM 1L	120	5	L	0	7	9
56	461564	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO, SINTÉTICO, SAE 5W40, API SN ou superior, APLICAÇÃO EM MOTORES GASOLINA OU ETANOL, EMBALAGEM COM 1 L.	40	5	L	0	0	5
57	471969	ÓLEO LUBRIFICANTE EXTRA TURBO, API SERVICE CI-4/SL SAE 15W40 – EMBALAGEM COM 20 L	30	2	UN	5	13	14
58	461657	ÓLEO LUBRIFICANTE HIDRÁULICO SAE 68, EMBALAGEM COM 20 LITROS	15	2	UN	0	0	10
59	467401	ÓLEO LUBRIFICANTE NÁUTICO, 2 TEMPOS, TCW3, BASE SINTÉTICA, EMBALAGEM COM 1 L	100	5	L	0	0	0
60	461574	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOCICLETA 4 TEMPOS, SAE 20W50, JASO-MA2, API-SL OU SUPERIOR, EMBALAGEM COM 1 LITRO	20	5	L	8	0	2
61	246795	PNEU 165/70 R13 79T	5	2	UN	4	0	0
62	464148	PNEU 185 R14 C 102/100R 8 LONAS PARA KOMBI 2013	5	2	UN	0	0	2
63	244510	PNEU 185/60 R14 82H	5	2	UN	0	0	0
64	268146	PNEU 185/60 R15 88H – DOBLO/ARGO	10	2	UN	2	0	0
65	264585	PNEU 185/65 R15 88H – LOGAN	5	2	UN	0	0	0
66	248158	PNEU 195/65 R15 – 91H – PEUGEOT 307	5	2	UN	0	0	0

67	464150	PNEU 205/75 R16 C 110/108 R – PEUGEOT BOXER	5	2	UN	0	0	0
68	464151	PNEU 215/75 R17.5 126/124M – VOLARE / CARGO 816 – REFERÊNCIA FR85	12	2	UN	0	0	6
69	398435	PNEU 225/50 R17 98V – FORD FUSION 2010	5	2	UN	0	0	0
70	468478	PNEU 225/65 R 16 C – 112/110 R – RENAULT MASTER 2023	10	2	UN	0	0	0
71	269566	PNEU 225/75 R16 107/110S AT/R PARA L200 2008	8	2	UN	0	0	4
72	362570	PNEU 235/75 R15 109S – RANGER 2010	5	2	UN	0	0	2
73	429623	PNEU 255/70 R16 (111T ou 109H) – RANGER 2014	5	2	UN	0	0	2
74	365686	PNEU 265/70 R16 A/T 112S PARA L200 TRITON 2022/2023	12	2	UN	0	0	8
75	308065	PNEU 275/80 R 22,5, 16 lonas, 149/146 L, SEM CÂMARA - RODOVIÁRIO	20	2	UN	0	0	0
76	313823	PNEU 600/12 PARA TRAMONTINI TR-18	2	1	UN	0	0	0
77	239321	PNEU AGRÍCOLA 7,5 L R15 – AGRALE 4230.4	2	1	UN	0	0	0
78	294170	PNEU DE CARGA PARA USO MISTO, 10.00 R20, 16PR, 146/143K, RADIAL, PARA USO COM CÂMARA NO EIXO DIRECIONAL – REFERÊNCIA PIRELLI FG01	5	2	UN	0	0	2
79	337425	PNEU DE CARGA PARA USO MISTO, 9.00 R20, 140/137K, RADIAL, PARA USO COM CÂMARA – REFERÊNCIA PIRELLI FG01	12	2	UN	4	0	8
80	294171	PNEU DE CARGA, 10.00 R20, 16PR, 146/143K, RADIAL, PARA USO FORA DE ESTRADA E COM CÂMARA PARA TRAÇÃO – REFERÊNCIA PIRELLI TG01	20	2	UN	0	0	10
81	440726	PROTETOR DE CÂMARA PARA PNEU DE CAMINHÃO ARO 20 (900R20 e 1000R20)	30	2	UN	1	0	10
82	421259	VASELINA LÍQUIDA, AEROSOL, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 ML	10	2	UN	0	0	5
83	463477	FILTRO PARA ÓLEO LUBRIFICANTE – REFERÊNCIA WEGA WOE506 – RENAULT MASTER	4	2	UN	0	0	0
84	368025	FILTRO PARA ÓLEO LUBRIFICANTE – REFERÊNCIA WEGA WOE912 (FIAT DOBLO 1.8)	2	1	UN	0	0	0
85	345265	FILTRO PARA ÓLEO LUBRIFICANTE – REFERÊNCIA WEGA WO121 (ARGO 1.3)	2	1	UN	0	0	0
86	321551	FILTRO PARA ÓLEO LUBRIFICANTE – REFERÊNCIA WEGA JFO0315 (L200 2.4)	4	2	UN	0	0	0
		FILTRO PARA AR DO MOTOR – REFERÊNCIA WEGA FAP3271/4						

87	349775	– RENAULT MASTER	4	2	UN	0	0	0
88	342809	KIT TROCA DE FILTROS PARA MITSUBISHI L200 TRITON 2.4 – REFERÊNCIA WEGA WKU541 – (L200 2.4)	4	2	UN	0	0	0
89	326041	FILTRO PARA AR DO MOTOR – REFERÊNCIA WEGA FAP9121 (FIAT DOBLO 1.8)	2	2	UN	0	0	0
90	612438	FILTRO DE COMBUSTÍVEL – REFERÊNCIA WEGA FCD0816/2 (RENAULT MASTER)	4	2	UN	0	0	0
91	610638	FILTRO DE COMBUSTÍVEL – REFERÊNCIA WEGA FCI1660 (FIAT ARGO)	2	1	UN	0	0	0
92	485847	FILTRO DE COMBUSTÍVEL – REFERÊNCIA WEGA FCI1630 (PEUGEOT 307)	2	1	UN	0	0	0
93	284023	PNEU 225/70 R15 C 112/110 R (SPRINTER)	6	2	UN	0	0	0
94	621831	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA, 80 AH, TIPO EFB (START STOP), 12 V, MÍNIMO DE 730 A DE CCA. GARANTIA MÍNIMA DE 24 MESES.	4	2	UN	0	0	0
95	257758	PNEU 195/75 R 16C, 110/108 R para FORD TRANSIT 2024.	6	2	UN	0	0	0

7.3 A tabela abaixo apresenta a frota atual de veículos da BAFL:

RELAÇÃO DE VEÍCULOS BAFL 2025					
Reg / Fab	Ano modelo	Modelo	Marca	Combustível	Chassi
52CE001	1952	50	GM	GASOLINA	2KKH67345
06DE419	2006	BOXER	PEUGEOT	ÓLEO DIESEL	936ZCPMNB62006932
07DP049	2007	L200	MITSUBISHI	ÓLEO DIESEL	93XHNK7407C730206
08DE221	2008	DUCATO	PEUGEOT	ÓLEO DIESEL	936ZCPMNC82024183
08DP029	2008	L200	MITSUBISHI	ÓLEO DIESEL	93XGNK7408C842902
09DE240	2010	BOXER	PEUGEOT	ÓLEO DIESEL	936ZCXMNBA2049488
10CP477	2010	FORD FUSION	FORD	GASOLINA	3FAHP0JA3AR358061
09BP318	2010	307SD	PEUGEOT	BICOMBUSTÍVEL	8AD3DRFJRAG015153
10DP027	2010	RANGER	FORD	ÓLEO DIESEL	8AFER13P6AJ310295
10DP117	2011	VOLARE	MARCOPOLO	ÓLEO DIESEL	93PB40E3PBC034554
10DP116	2011	RANGER	FORD	ÓLEO DIESEL	8AFER11P9BJ348706
10DE475	2011	SPRINTER	MERCEDES BENS	ÓLEO DIESEL	8AC903662BE042156
11BP346	2011	PARATI	VOLKSVAGEN	BICOMBUSTÍVEL	9BWGB05W8BP075034
12DE271	2012	CARGO 2623 6X4	FORD	ÓLEO DIESEL	9BFZEAMD8DBS24564
12DP173	2012	XE 4X4	NISSAN	ÓLEO DIESEL	94DVCUD40DJ572590
13DP142	2013	ATEGO 1726	MERCEDES BENZ	ÓLEO DIESEL	9BM958078DB907666
13DP143	2013	ATEGO 1726	MERCEDES BENZ	ÓLEO DIESEL	9BM958078DB907674
13DE340	2013	TECTOR 170E22	IVECO	ÓLEO DIESEL	93ZA1RGH0D8923196
13DE556	2013	4230	AGRALE	ÓLEO DIESEL	A1G03AB2HD0004232
13BP044	2013	UNO MILLE	FIAT	BICOMBUSTÍVEL	9BD15822AD6813316
13DE315	2013	TECTOR	IVECO	ÓLEO DIESEL	93ZA1RGH0D8923436
12DE142	2013	CARGO 1319	FORD	ÓLEO DIESEL	9BFXEB1BXDBS27255
13DE181	2013	816 S	FORD	ÓLEO DIESEL	9BFVEADS9DBS35084
13BP635	2013	CG 150	HONDA	BICOMBUSTÍVEL	9C2KC1670DR013978
12DC118	2013	1319	FORD	ÓLEO DIESEL	9BFXEB1B8DBS16495

14BC367	2014	FIORINO	FIAT	BICOMBUSTÍVEL	9BD265122E9009310
14DE094	2014	TR18	TRAMONTINI	ÓLEO DIESEL	T143709M1425197
14DE095	2014	TR18	TRAMONTINI	ÓLEO DIESEL	T143708M1425196
13BP552	2014	KOMBI	VOLKSWAGEN	BICOMBUSTÍVEL	9BWMF07X1EP014352
14BP488	2014	RANGER	FORD	BICOMBUSTÍVEL	8AFAR22F0FJ302729
15BP021	2015	LOGAN	RENAULT	BICOMBUSTÍVEL	93Y4SRD64FJ797787
18CE127	2018	13AN772S305	TOYAMA	GASOLINA	1B195B10209
19CE238	2019	Z242F	HUSQVARNA	GASOLINA	062419C002423
19BP005	2019	DOBLO	FIAT	BICOMBUSTÍVEL	9BD1196GDK1150899
19DP108	2019	NEOBUS MEGA	IVECO	ÓLEO DIESEL	93ZK1RMH0L8935459
21BP082	2021	ARGO	FIAT	BICOMBUSTÍVEL	9BD358A4HNYL59889
22DP023	2022	L 200	MITSUBISHI	ÓLEO DIESEL	93XLJKL1TPCN54042
22BC176	2022	STRADA	FIAT	BICOMBUSTÍVEL	9BD281A2DPYX92836
23DP014	2023	L200	MITSUBISHI	ÓLEO DIESEL	93XLJKL1TRCP73463
23DE034	2023	MASTER	RENAULT	ÓLEO DIESEL	93YF62007RJ667871
23DE043	2023	MASTER	RENAULT	ÓLEO DIESEL	93YF62006RJ771798
24DP271	2024	FORD TRANSIT	FORD	ÓLEO DIESEL	WF0JTTBF5SU017108

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 393.282,79

8.1 Metodologia Aplicada

8.1.1. Em concordância ao que preconiza INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021 a formação da referente pesquisa foi obtida no sítio painel de preços.

8.1.2. Considerando a formação dos preços, desconsiderando os preços inexecutáveis ou excessivamente elevados na formação, foi utilizado a média aritmética com no mínimo três preços válidos.

8.1.3. O valor estimado da contratação é de R\$ 393.282,79 (trezentos e noventa e três mil e duzentos e oitenta e dois reais e setenta e nove centavos).

8.2 Valores Praticados e Memória de Cálculo

8.2.1 Na tabela abaixo é descrito o valor unitário de cada item, composto através de média aritmética, conforme pesquisa de preços anexa ao processo, sendo o valor de cada item correspondente ao valor unitário multiplicado pela quantidade estimada.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	QTD TOTAL	Unid Medida	Valor Unit	Valor Total R\$
1	617101	ADITIVO PARA COMBUSTÍVEL DIESEL S10 – COMPOSIÇÃO: VEÍCULO, ANTICORROSIVO E FUNGICIDA. AÇÃO DESCARBONIZANTE, BACTERICIDA, FUNGICIDA, LUBRIFICANTE E PROTETIVA. TRATAMENTO DE DIESEL NA PROPORÇÃO MÍNIMA DE 1:400 L. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500 ML. REFERÊNCIA: BARDAHL MAX S10.	50	UN	84,16	4.208,00

2	601273	ADITIVO PARA RADIADOR, CONCENTRADO, ORGÂNICO, COMPOSIÇÃO BÁSICA: MONOETILENOGLICOL, ANTICORROSIVOS, EM CONFORMIDADE COM A NBR 15297. EMBALAGEM COM 1 L.	60	L	32,63	1.957,80
3	618966	ÁGUA DESMINERALIZADA PARA USO EM SISTEMAS DE ARREFECIMENTO E EM BATERIAS COM MANUTENÇÃO. EMBALAGEM COM 5 LITROS.	30	UN	26,44	793,20
4	429708	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 50 AH, D, CCA MÍNIMO 400 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 18 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA UTILIZAÇÃO EM FIAT UNO, TRATORES E STRADA	5	UN	526,33	2.631,65
5	419344	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 60 AH, D, CCA MÍNIMO 440 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 18 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM FIAT DOBLÓ, PEUGEOT 307 E VW PARATI	6	UN	514,20	3.085,20
6	375719	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA 70 AH, D, CCA MÍNIMO 500 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 18 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM L200 E RANGER	8	UN	693,36	5.546,88
		BATERIA AUTOMOTIVA SELADA PARA VEÍCULOS MÉDIO				

7	430483	/PESADOS, 95 AH, D, CCA MÍNIMO 700 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 18 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM PEUGEOT BOXER	5	UN	813,26	4.066,30
8	419343	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA PARA VEÍCULOS PESADOS, 100 AH, E, CCA MÍNIMO 700 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 15 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM VOLARE, ATEGO 1726, IVECO, CARGO	16	UN	1.027,97	16.447,52
9	397777	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA PARA VEÍCULOS PESADOS, 150 AH, E, CCA MÍNIMO 1000 A, SEM MANUTENÇÃO E COM 15 MESES DE GARANTIA MÍNIMA, PARA USO EM CAMINHÕES E GERADORES	12	UN	1.095,44	13.145,28
10	372360	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA, 12 V, 30 AH, COM MEDIDAS EXTERNAS MÁXIMAS DE 200 x 135 x 190 mm (C x L x H), BORNES PARA APARAFUSAR O CABO. UTILIZAÇÃO EM MICROTRATORES CORTADORES DE GRAMA HUSQVARNA E TOYAMA	2	UN	487,00	974,00
11	458450	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA, 6AH, CCA MÍNIMO DE 60A, SEM MANUTENÇÃO, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES	3	UN	228,58	685,74
12	244665	CÂMARA DE AR PARA PNEU 10.00 R 20, VÁLVULA TC 131	20	UN	159,97	3.199,40
13	343788	CÂMARA DE AR PARA PNEU 3.75 R8 INDUSTRIAL PARA ROÇADEIRA DO MICROTRATOR TRAMONTINI TR-18	3	UN	33,88	101,64

14	242589	CÂMARA DE AR PARA PNEU 9.00 R 20, VÁLVULA TC131	15	UN	128,74	1.931,10
15	477840	CÂMARA DE AR PARA PNEU AGRÍCOLA 600 R12, VÁLVULA TR 218A – TRAMONTINI TR-18	4	UN	117,60	470,40
16	239291	CÂMARA DE AR PARA PNEU AGRÍCOLA 7,5 R15, VÁLVULA TR 218A – AGRALE 4230.4	4	UN	93,00	372,00
17	477838	CÂMARA DE AR PARA PNEU AGRÍCOLA 9,5 R24 – VÁLVULA CENTRAL TR 218A – REFERÊNCIA – AGRALE 4230-4	3	UN	283,03	849,09
18	402986	CERA AUTOMOTIVA CRISTALIZADORA DE PINTURA COM PROTEÇÃO UV, COM ESPONJA APLICADORA. COMPOSIÇÃO: SOLVENTE ORGÂNICO, CERA SINTÉTICA, CERA DE CARNAÚBA, RESINA, ESPESSANTE E ESSÊNCIA. REFERÊNCIA SUN CAR WAX. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 100 g	15	UN	40,14	602,10
19	294978	CORREIA DO CORTADOR DE GRAMA PARA MICROTRATOR HUSQVARNA Z 242 F – REF 587 27 00-01	6	UN	407,02	2.442,12
20	454562	CORREIA PARA MICROTRATOR TRAMONTINI TR-18: REFERÊNCIA B-52	5	UN	30,40	152,00
21	454677	CORREIA PARA MICROTRATOR TRAMONTINI TR-18: REFERÊNCIA B-78	6	UN	46,06	276,36
22	480047	DESCARBONIZANTE EM SPRAY PARA BICOS INJETORES, TBI – EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 ML	15	UN	57,70	865,50
23	261317	DESENGRIPANTE LÍQUIDO AEROSSOL AUTOMOTIVO. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 ML.	30	UN	21,95	658,50

24	358886	DESENCROSTANTE ALCALINO AUTOMOTIVO PARA LIMPEZA PESADA DE ÓLEO, GRAXA E GORDURAS, TIPO METASIL BR 36 PLUS OU SIMILAR. EMBALAGEM COM 5 LITROS.	3	UN	150,87	452,61
25	617028	DETERGENTE AUTOMOTIVO NEUTRO, COM CERA, CONCENTRADO, DILUIÇÃO MÍNIMA DE 1:20, EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 20 KG ou 20 L.	10	UN	199,24	1.992,40
26	438910	Fluido ARLA 32 (solução a 32,5% de uréia de alta pureza em água desmineralizada), embalagem com 20 litros	40	UN	102,25	4.090,00
27	263657	FLUIDO DE SISTEMA DE FREIO, APLICAÇÃO VEÍCULO AUTOMOTIVO, DOT 4, frasco com 500 ml	40	UN	36,13	1.445,20
28	451979	FUNDO CONVERTEDOR DE FERRUGEM EM BASE PRONTA PARA PINTURA. REFERÊNCIA TF-7. EMBALAGEM COM 1 LITRO.	10	UN	33,02	330,20
29	601311	GRAXA AUTOMOTIVA CHASSIS – SAE NLGI 2 – BALDE COM 20KG	2	UN	557,38	1.114,76
30	612157	LÂMINA DE CORTE DE GRAMA PARA MICROTRATOR GIRO ZERO HUSQVARNA Z 242F 2019 - REF 586918102	6	UN	515,75	3.094,50
31	414051	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA H1 55W 12V	10	UN	36,66	366,60
32	470076	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA H1 24V 70W	10	UN	43,81	438,10
33	363567	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA H4 12V 55-60W 3200 K	15	UN	33,66	504,90
34	363569	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA H4 24V 70-75W 3200K	10	UN	33,44	334,40

35	470074	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA H7 12V 55W	15	UN	43,86	657,90
36	478381	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA H7 24V 70W	15	UN	40,10	601,50
37	450605	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA H8 12V 35W – ARGO	4	UN	48,48	193,92
38	472392	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA H11 12V	4	UN	93,54	374,16
39	363341	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA P21/5W 12V (2 POLOS)	20	UN	4,26	85,20
40	363566	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA P21/5W 24V (2 POLOS)	20	UN	8,52	170,40
41	329597	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA P21W 12V	20	UN	5,78	115,60
42	617209	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA P21W 24V	20	UN	13,53	270,60
43	617204	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA PY21W 12V	20	UN	12,99	259,80
44	472407	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA PY21W 24V	20	UN	15,50	310,00
45	392390	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA R10W 24V	30	UN	4,20	126,00
46	460603	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA W5W 12V	30	UN	4,30	129,00
47	472408	LÂMPADA AUTOMOTIVA HALÓGENA W5W 24V	30	UN	10,13	303,90
48	450807	LIMPA FREIOS DESENGRAXANTE EM SPRAY – EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 500 ML	20	UN	49,76	995,20
49	342628	LIMPA PNEU, ASPECTO FÍSICO GEL CREMOSO, PARA APLICAÇÃO EM SUPERFÍCIES EMBORRACHADAS E PNEUS. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 3 KG	6	UN	82,28	493,68

50	369251	LIMPADOR DE CONTATOS ELÉTRICOS/ELETRÔNICOS. AEROSSOL, PARA LIMPEZA DE COMPONENTES ELÉTRICOS, FÁCIL EVAPORAÇÃO, NÃO CONDUTOR, NÃO INFLAMÁVEL, SEM CFC. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 ML	20	UN	24,99	499,80
51	463190	ÓLEO LUBRIFICANTE ATF PARA DIREÇÃO HIDRÁULICA, FRASCO COM 1 L	30	L	52,70	1.581,00
52	470282	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SINTÉTICO SAE 0W20 SN OU SUPERIOR, APLICAÇÃO FIAT ARGO 1.3. EMBALAGEM DE 1L	30	L	47,29	1.418,70
53	467708	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SINTÉTICO, SAE 5W30, API SN OU SUPERIOR, APLICAÇÃO EM MOTORES GASOLINA, ETANOL E FLEX. EMBALAGEM COM 1 L.	100	L	40,57	4.057,00
54	461563	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SINTÉTICO, SAE 5W30, API SL OU SUPERIOR, ACEA A5/B5; A1/B1, APLICAÇÃO EM MOTORES GASOLINA, ETANOL GNV, FLEX OU DIESEL LEVE. EMBALAGEM COM 1 L.	100	L	70,85	7.085,00
55	472932	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SINTÉTICO, SAE 5W30, API SN OU SUPERIOR, MOTORES DIESEL COM SISTEMA DPF, ACEA C3-16 ou superior, MITSUBISHI TRITON 2022 > e RENAUL MASTER 2023 >. REF LUBRAX VALORA OFF ROAD. EMBALAGEM COM 1L	120	L	52,12	6.254,40

56	461564	ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO, SINTÉTICO, SAE 5W40, API SN ou superior, APLICAÇÃO EM MOTORES GASOLINA OU ETANOL, EMBALAGEM COM 1 L.	40	L	65,98	2.639,20
57	471969	ÓLEO LUBRIFICANTE EXTRA TURBO, API SERVICE CI-4/SL SAE 15W40 – EMBALAGEM COM 20 L	30	UN	473,83	14.214,90
58	461657	ÓLEO LUBRIFICANTE HIDRÁULICO SAE 68, EMBALAGEM COM 20 LITROS	15	UN	265,50	3.982,50
59	467401	ÓLEO LUBRIFICANTE NÁUTICO, 2 TEMPOS, TCW3, BASE SINTÉTICA, EMBALAGEM COM 1 L	100	L	53,08	5.308,00
60	461574	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOCICLETA 4 TEMPOS, SAE 20W50, JASO-MA2, API-SL OU SUPERIOR, EMBALAGEM COM 1 LITRO	20	L	43,45	869,00
61	246795	PNEU 165/70 R13 79T	5	UN	404,82	2.024,10
62	464148	PNEU 185 R14 C 102/100R 8 LONAS PARA KOMBI 2013	5	UN	625,77	3.128,85
63	244510	PNEU 185/60 R14 82H	5	UN	314,28	1.571,40
64	268146	PNEU 185/60 R15 88H – DOBLO/ARGO	10	UN	504,33	5.043,30
65	264585	PNEU 185/65 R15 88H – LOGAN	5	UN	409,83	2.049,15
66	248158	PNEU 195/65 R15 – 91H – PEUGEOT 307	5	UN	548,50	2.742,50
67	464150	PNEU 205/75 R16 C 110/108 R – PEUGEOT BOXER	5	UN	956,66	4.783,30
68	464151	PNEU 215/75 R17.5 126/124M – VOLARE/ CARGO 816 – REFERÊNCIA FR85	12	UN	1.192,50	14.310,00
69	398435	PNEU 225/50 R17 98V – FORD FUSION 2010	5	UN	699,46	3.497,30
70	468478	PNEU 225/65 R 16 C – 112/110 R – RENAULT MASTER 2023	10	UN	1.140,76	11.407,60
71	269566	PNEU 225/75 R16 107/110S AT/R PARA L200 2008	8	UN	766,91	6.135,28

72	362570	PNEU 235/75 R15 109S – RANGER 2010	5	UN	682,84	3.414,20
73	429623	PNEU 255/70 R16 (111T ou 109H) – RANGER 2014	5	UN	1.055,35	5.276,75
74	365686	PNEU 265/70 R16 A/T 112S PARA L200 TRITON 2022/2023	12	UN	1.474,35	17.692,20
75	308065	PNEU 275/80 R 22,5, 16 lonas, 149/146 L, SEM CÂMARA - RODOVIÁRIO	20	UN	2.563,69	51.273,80
76	313823	PNEU 600/12 PARA TRAMONTINI TR-18	2	UN	570,59	1.141,18
77	239321	PNEU AGRÍCOLA 7,5 L R15 – AGRALE 4230.4	2	UN	842,99	1.685,98
78	294170	PNEU DE CARGA PARA USO MISTO, 10.00 R20, 16PR, 146 /143K, RADIAL, PARA USO COM CÂMARA NO EIXO DIRECIONAL – REFERÊNCIA PIRELLI FG01	5	UN	2.732,63	13.663,15
79	337425	PNEU DE CARGA PARA USO MISTO, 9.00 R20, 140/137K, RADIAL, PARA USO COM CÂMARA – REFERÊNCIA PIRELLI FG01	12	UN	2.414,32	28.971,84
80	294171	PNEU DE CARGA, 10.00 R20, 16PR, 146/143K, RADIAL, PARA USO FORA DE ESTRADA E COM CÂMARA PARA TRAÇÃO – REFERÊNCIA PIRELLI TG01	20	UN	3.033,33	60.666,60
81	440726	PROTETOR DE CÂMARA PARA PNEU DE CAMINHÃO ARO 20 (900R20 e 1000R20)	30	UN	75,99	2.279,70
82	421259	VASELINA LÍQUIDA, AEROSOL, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 300 ML	10	UN	21,14	211,40
83	463477	FILTRO PARA ÓLEO LUBRIFICANTE – REFERÊNCIA WEGA WOE506 – RENAULT MASTER	12	UN	47,37	568,44
84	368025	FILTRO PARA ÓLEO LUBRIFICANTE – REFERÊNCIA WEGA WOE912 (FIAT DOBLO 1.8)	2	UN	27,78	55,56

85	345265	FILTRO PARA ÓLEO LUBRIFICANTE – REFERÊNCIA WEGA WO121 (ARGO 1.3)	2	UN	20,47	40,94
86	321551	FILTRO PARA ÓLEO LUBRIFICANTE – REFERÊNCIA WEGA JFO0315 (L200 2.4)	4	UN	50,52	202,08
87	349775	FILTRO PARA AR DO MOTOR – REFERÊNCIA WEGA FAP3271 /4 – RENAULT MASTER	4	UN	99,70	398,80
88	342809	KIT TROCA DE FILTROS PARA MITSUBISHI L200 TRITON 2.4 – REFERÊNCIA WEGA WKU541 – (L200 2.4)	4	UN	143,06	572,24
89	326041	FILTRO PARA AR DO MOTOR – REFERÊNCIA WEGA FAP9121 (FIAT DOBLO 1.8)	2	UN	40,30	80,60
90	612438	FILTRO DE COMBUSTÍVEL – REFERÊNCIA WEGA FCD0816/2 (RENAULT MASTER)	4	UN	38,63	154,52
91	610638	FILTRO DE COMBUSTÍVEL – REFERÊNCIA WEGA FCI1660 (FIAT ARGO)	2	UN	30,51	61,02
92	485847	FILTRO DE COMBUSTÍVEL – REFERÊNCIA WEGA FCI1630 (PEUGEOT 307)	2	UN	17,34	34,68
93	284023	PNEU 225/70 R15 C 112/110 R (SPRINTER)	6	UN	770,81	4.624,86
94	621831	BATERIA AUTOMOTIVA SELADA, 80 AH, TIPO EFB (START STOP), 12 V, MÍNIMO DE 730 A DE CCA. GARANTIA MÍNIMA DE 24 MESES.	4	UN	1.025,74	4.102,96
95	257758	PNEU 195/75 R 16C, 110/108 R para FORD TRANSIT 2024.	6	UN	1.132,45	6.794,70
TOTAL ESTIMADO R\$						393.282,79

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Justificativa para o parcelamento

9.1.1.1. Em regra, conforme letra b, inciso V, do art. 40 da Lei nº 14.133/21, as compras deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. Os objetos decorrentes deste Estudo são técnica e economicamente viáveis de parcelamento em itens.

9.2 Questões Técnicas

9.2.1. Tecnicamente porque não há dependência entre os materiais a serem adquiridos, já que os padrões de qualidade são claros e definidos por órgão superiores capazes de atestar padrões de funcionamento compatíveis, mesmo sendo produzidos /fornecidos por empresas diferentes.

9.3 Questões econômicas

9.3.1. Economicamente é viável, pois ao se separar por item não se diminui os ganhos, já que um fornecedor poderá ofertar lances para um item sem depender de outro.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Na há contratações correlatas em relação ao objeto deste processo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Em atenção ao paragrafo unico do art. 1º do decreto nº 10.947/2022, o objeto da contratação está previsto no Planejamento anual de Aquisições e Contratações (PAAC) de 2025, disposto no portal da Força Aérea Brasileira (FAB), conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394429000100-0-000028/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2024;

III) Id do item no PCA: 106 a 112:

IV) Classe/Grupo: 2520 - COMPONENTES DE TRANSMISSÃO DE VEÍCULOS, 2610 - PNEUS E CÂMARAS DE AR, EXCETO OS DE AERONAVES, 2940 - FILTROS DE AR E DE ÓLEO, ELEMENTOS FILTRANTES E PURIFICADO- RES DE MOTORES, EXCETO DE AERONAVES, 6140 - BATERIAS RECARREGÁVEIS, 6850 - ESPECIALIDADES QUÍMICAS DIVERSAS, 7930 - COMPOSTOS E PREPARADOS PARA LIMPEZA E POLIMENTO e 9150 - ÓLEOS E GRAXAS PARA CORTE, LUBRIFICAÇÃO E SISTEMAS HIDRÁULICOS.

V) Identificador da Futura Contratação: 120073-34/2025

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Pretende-se adquirir os itens descritos nesta solução com o melhor preço e com a qualidade que atenda a especificação correspondendo às necessidades da BAFL para o pronto atendimento de manutenções preventivas a serem realizadas nos Setores de Transporte.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para que o compromisso na administração ocorra, o processo deve ser sempre conferido e aprovado quanto sua legalidade pelos órgãos jurídicos e administrativos.

13.2. Ainda, deve ser definida a equipe de gestão da ata de registro de preços, fiscalização de recebimento, bem como controle dos saldos dos empenhos.

13.3. A BAFL deve possuir uma rotina clara de solicitação dos empenhos referentes aos materiais a serem adquiridos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Em conformidade com a legislação, a BAFL promove o descarte correto dos itens potencialmente poluentes com a destinação do óleo lubrificante, pneus e baterias usadas às empresas que realizam sua reciclagem ou logística reversa, e de acordo com o descrito no item 4 de Estudo.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Diante da fundamentação exposta neste documento, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15.2. Este Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução para aquisição destes itens, para atender as solicitações do setor para atendimento da BAFL, mostra-se viável tecnicamente e necessária, mediante a aprovação do Ordenador de Despesas.

15.3. Os materiais a serem adquiridos, enquadrados como comuns, de acordo com a legislação vigente, podem ser licitados por meio da modalidade Pregão eletrônico e julgamento por Menor Preço.

15.4 Assim, com o estímulo a ampla concorrência dos licitantes, a contratação será dividida em itens unitários.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Declaro a conformidade deste processo.

NATAL PEDRO FACHINI

Membro da comissão de contratação

Despacho: Declaro a conformidade deste processo.

DOUGLAS LEAO

Membro da comissão de contratação

Despacho: Declaro a conformidade deste processo.

LUCAS ARAUJO GUIMARAES

Membro da comissão de contratação

JOAO PAULO GOMEZ LIMA DA SILVA

Ordenador de Despesas



Chave de Acesso	Número NF-e	Versão
35-2205-08.403.769/0001-62-55-001-000.001.960-125.933.529-8	1960	4.00

Dados da NF-e

Modelo	Série	Número	Data de Emissão	Data/Hora de Saída ou da Entrada	Valor Total da Nota Fiscal
55	1	1960	18/05/2022 15:21:58-03:00	18/05/2022 15:21:58-03:00	1.539,96

Emitente

CNPJ	Nome / Razão Social	Inscrição Estadual	UF
08.403.769/0001-62	AEROQUALITY COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA	392364140115	SP

Destinatário

CNPJ	Nome / Razão Social	Inscrição Estadual	UF
00.394.429/0009-68	BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS		SC
Destino da operação	Consumidor final	Presença do Comprador	
2 - Operação Interestadual	1 - Consumidor final	1 - Operação presencial	

Emissão

Processo	Versão do Processo	Tipo de Emissão	Finalidade
0 - com aplicativo do Contribuinte	1.0-SNAPSHOT	1 - Normal	1 - Normal
Natureza da Operação	Tipo da Operação	Forma de Pagamento	Digest Value da NF-e
Venda a Nao Contribuinte	1 - Saída		FOKe37syBx4livlyyHV0XZfQS4o=

Situação Atual: AUTORIZADA (Ambiente de autorização: produção)

Eventos da NF-e	Protocolo	Data Autorização	Data Inclusão AN
Autorização de Uso	135220648980229	18/05/2022 às 15:27:42-03:00	18/05/2022 às 15:27:47
CT-e Autorizado (Órgão Autor: SP)	891222406261374	19/05/2022 às 22:28:19-03:00	19/05/2022 às 22:28:19
MDF-e Autorizado com CT-e (Órgão Autor: AN)	891222406374571	19/05/2022 às 22:35:44-03:00	19/05/2022 às 22:35:44
Registro Passagem Automatico MDF-e com CT-e (Órgão Autor: RS)	891222408049755	20/05/2022 às 00:28:19-03:00	20/05/2022 às 00:28:19
MDF-e Autorizado com CT-e (Órgão Autor: AN)	891222432359544	21/05/2022 às 04:01:51-03:00	21/05/2022 às 04:01:51

Dados do Emitente

Nome / Razão Social	Nome Fantasia
AEROQUALITY COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA	AEROQUALITY
CNPJ	Endereço
08.403.769/0001-62	AV EDOUARD SIX, 540 GALPAO 16
Bairro / Distrito	CEP
JARDIM PARAIBA	12327-905

Município	Telefone
3524402 - Jacarei	(12)3878-4257
UF	País
SP	1058 - BRASIL
Inscrição Estadual	Inscrição Estadual do Substituto Tributário
392364140115	
Inscrição Municipal	Município da Ocorrência do Fato Gerador do ICMS
72520	3524402
CNAE Fiscal	Código de Regime Tributário
4789005	1 - Simples Nacional

Dados do Destinatário

Nome / Razão Social		
BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS		
CNPJ	Endereço	
00.394.429/0009-68	AVENIDA SANTOS DUMONT,, SN SECAO DE ALMOXARIFADO GERAL	
Bairro / Distrito	CEP	
TAPERA	88047-901	
Município	Telefone	
4205407 - Florianopolis		
UF	País	
SC	1058 - BRASIL	
Indicador IE	Inscrição Estadual	Inscrição SUFRAMA
09 - Não Contribuinte, que pode ou não possuir Inscrição Estadual no Cadastro de Contribuintes do ICMS		
IM	E-mail	

Dados dos Produtos e Serviços

Num.	Descrição	Qtd.	Unidade Comercial	Valor(R\$)
1	BATERIA AUTOMOTIVA, TENSÃO NOMINAL 12 V, CAPACIDADE 65AH	2,0000	un	559,98

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
401.0005	85071090	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	6108	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e		
1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)		
Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	un	2,0000

Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	un	2,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
279,9900000000	279,9900000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		171,36
Número da FCI		

ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Código de Situação da Operação - Simples Nacional
0 - Nacional	102 - Tributada pelo Simples Nacional sem permissão de crédito

Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
		0,00
Base de Cálculo	Alíquota	
0,00	0,0000	

PIS

CST		
49 - Outras Operações de Saída		
Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor do PIS
0,00	0,0000	0,00

COFINS

CST		
49 - Outras Operações de Saída		
Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor
0,00	0,0000	0,00

2	BATERIA AUTOMOTIVA, TENSAO NOMINAL 12 V, CAPACIDADE 95 AH	2,0000	un	979,98
---	---	--------	----	--------

Código do Produto	Código NCM	Código CEST
401.0007	85071090	
Indicador de Escala Relevante	CNPJ do Fabricante da Mercadoria	Código de Benefício Fiscal na UF
Código EX da TIPI	CFOP	Outras Despesas Acessórias
	6108	
Valor do Desconto	Valor Total do Frete	Valor do Seguro

Indicador de Composição do Valor Total da NF-e

1 - O valor do item (vProd) compõe o valor total da NF-e (vProd)

Código EAN Comercial	Unidade Comercial	Quantidade Comercial
SEM GTIN	un	2,0000
Código EAN Tributável	Unidade Tributável	Quantidade Tributável
SEM GTIN	un	2,0000
Valor unitário de comercialização	Valor unitário de tributação	
489,9900000000	489,9900000000	
Número do pedido de compra	Item do pedido de compra	Valor Aproximado dos Tributos
		299,88
Número da FCI		

ICMS Normal e ST

Origem da Mercadoria	Código de Situação da Operação - Simples Nacional
0 - Nacional	102 - Tributada pelo Simples Nacional sem permissão de crédito

Imposto Sobre Produtos Industrializados

Classe de Enquadramento	Código de Enquadramento	Código do Selo
	999	
CNPJ do Produtor	Qtd. Selo	CST
		99 - Outras saídas
Qtd Total Unidade Padrão	Valor por Unidade	Valor IPI
		0,00
Base de Cálculo	Alíquota	
0,00	0,0000	

PIS

CST		
49 - Outras Operações de Saída		
Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor do PIS
0,00	0,0000	0,00

COFINS

CST		
49 - Outras Operações de Saída		
Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor
0,00	0,0000	0,00

Totais

ICMS

Base de Cálculo ICMS	Valor do ICMS	Valor do ICMS Desonerado	Valor Total do FCP
0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Total ICMS FCP	Valor Total ICMS Interestadual UF Destino	Valor Total ICMS Interestadual UF Rem.	Base de Cálculo ICMS ST
			0,00

Valor ICMS Substituição	Valor Total do FCP retido por ST	Valor Total do FCP retido anteriormente por ST	Valor Total dos Produtos
0,00	0,00	0,00	1.539,96
Valor do Frete	Valor do Seguro	Valor Total dos Descontos	Valor Total do II
0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Total do IPI	Valor Total do IPI Devolvido	Valor do PIS	Valor da COFINS
0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Acessórias	Valor Total da NFe	Valor Aproximado dos Tributos	
0,00	1.539,96	471,24	

Dados do Transporte

Modalidade do Frete
0 - Contratação do Frete por Conta do Remetente

Transportador

CNPJ	Razão Social / Nome	
03.350.624/0004-70	TRD TRANSPORTE RODOVIARIO DALFAN LTDA	
Inscrição Estadual	Endereço Completo	Município
796662910114	MOITA BONITA	Guarulhos
UF		
SP		

Volumes

Volume 1		
Quantidade	Espécie	Marca dos Volumes
4	VOLUMES	
Numeração	Peso Líquido	Peso Bruto
	72,000	72,000

Dados de Cobrança

Fatura

Número	Valor Original	Valor do Desconto
1960	1.539,96	0,00
Valor Líquido		
1.539,96		

Duplicatas

Número	Vencimento	Valor
001	27/06/2022	1.539,96

Formas de Pagamento

Ind. Forma de Pagamento.	Meio de Pagamento	Descrição do Meio de Pagamento	Valor do Pagamento
1 - Pagamento a prazo	16 - Depósito Bancário		1.539,96

Tipo de Integração Pagamento	CNPJ da Credenciadora	Bandeira da operadora	Número de autorização
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Troco			
<input type="text"/>			

Informações Adicionais

XSLT: v4.0.6d

Formato de Impressão DANFE
1 - DANFE normal, retrato

Autorizados a acessar o XML da NF-e

Autorizado 1 - CNPJ
05.206.246/0001-38



Informações Complementares de Interesse do Contribuinte

Descrição
REFERENTE AO EMPENHO 2022NE000201##DADOS BANCARIOS: BANCO DO ITAU AGENCIA 7156 CONTA CORRENTE 00613-7##Declaramos que os produtos constantes nesta nota fiscal estao adequadamente acondicionados para suportar os riscos normais de carregamento, transbordo, transporte e descarregamento conforme legislacao em vigor.##Valor Aprox. dos Tributos R\$ 471,24 Fonte: IBPT#DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL.#NAO GERA DIREITO A CREDITO FISCAL DE IPI.

Dados de Nota Fiscal Avulsa

CNPJ	
<input type="text"/>	
Repartição Fiscal do Emitente	Matrícula do Funcionário
<input type="text"/>	<input type="text"/>
Nome do Funcionário	Fone / Fax
<input type="text"/>	<input type="text"/>
UF	Número do Documento Arrecadação
<input type="text"/>	<input type="text"/>
Valor Total do Documento Arrecadação	Data de Emissão do Documento Arrecadação
<input type="text"/>	<input type="text"/>
Data do Pagamento do Documento Arrecadação	
<input type="text"/>	

RECEBEMOS DE KOERICH SERVICOS AUTOMOTIVOS - EIRELLI OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e
		Nº 000.002.072
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	SÉRIE: 1
24/03/23	1S LEÃO	

 KOERICH SERVICOS AUTOMOTIVOS - EIRELLI RUA JOSÉ JOÃO DE SOUZA, 589 - GALPÃO 02 - ROÇADO, Sao Jose, SC - CEP: 88108170 - Fone/Fax: 4832465048		DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 0 - Entrada 1 - Saída 1 Nº 000.002.072 SÉRIE: 1 Página 1 de 1	CONTROLE DO FISCO  CHAVE DE ACESSO 4223 0329 9131 2500 0194 5500 1000 0020 7210 0047 9002 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342230066712351 - 27/03/2023 10:10
NATUREZA DA OPERAÇÃO 5102			
INSCRIÇÃO ESTADUAL 258651660	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB.	CNPJ / CPF 29.913.125/0001-94	

DESTINATÁRIO/REMETENTE			
NOME/RAZÃO SOCIAL BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS		CNPJ/CPF 00.394.429/0009-68	DATA DA EMISSÃO 23/03/2023
ENDEREÇO AV. SANTOS DUMONT, SN -	BAIRRO/DISTRITO CARIANOS	CEP 88049-000	DATA DE ENTRADA/SAÍDA
MUNICÍPIO Florianopolis	FONE/FAX 4832295004	UF SC	HORA DE ENTRADA/SAÍDA

FATURA
/ Num.: 001 / V. Orig.: 575,72 / V. Desc.: 218,48 / V. Liq.: 357,24

CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	0,00	VALOR DO ICMS	0,00	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST	0,00
				VALOR DO ICMS ST	0,00
					VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
					575,72
VALOR DO FRETE	0,00	VALOR DO SEGURO	0,00	DESCONTO	218,48
				OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	0,00
				VALOR DO IPI	0,00
					VALOR TOTAL DA NOTA
					357,24



TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS					
RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 9 - Sem Frete	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
ENDEREÇO	MUNICÍPIO			UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO													
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QTD.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL	BC ICMS	VLR. ICMS	VLR. IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
6238	ELEMENTO DO FILTRO DO A/C	84219999	0101	5102	PÇ	1,0000	146,7200	146,72					
6198	FILTRO DE ÓLEO	84212300	0101	5102	PÇ	1,0000	49,0000	49,00					
6237	OLEO MOTOR 0W20	27101932	0101	5102	LT	4,0000	95,0000	380,00					

CÁLCULO DO ISSQN			
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
9019869			

DADOS ADICIONAIS	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Duplicata - Num.: 001, Venc.: 22/04/2023, Valor: 357,24 VEICULO: ARGO PLACA: RXP1I87 KM: 13314 - BCO SANTAANDE R : 33 AG.: 1563-3 C/C: 13002002-7 Informações Adicionais de Interesse do Fisco: Nota fiscal e mitida por empresa optante pelo simples nacional com permis são de crédito de 2,85% 2022NE000304	RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE KOERICH SERVICOS AUTOMOTIVOS - EIRELLI OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e
		Nº 000.002.117
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	SÉRIE: 1

 KOERICH SERVICOS AUTOMOTIVOS - EIRELLI RUA JOSÉ JOÃO DE SOUZA, 589 - GALPÃO 02 - ROÇADO, Sao Jose, SC - CEP: 88108170 - Fone/Fax: 4832465048	DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 0 - Entrada 1 - Saída 1 Nº 000.002.117 SÉRIE: 1 Página 1 de 1	CONTROLE DO FISCO  CHAVE DE ACESSO 4223 0529 9131 2500 0194 5500 1000 0021 1718 8580 9202 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342230099271268 - 05/05/2023 16:12
NATUREZA DA OPERAÇÃO 5102		
INSCRIÇÃO ESTADUAL 258651660	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB.	CNPJ / CPF 29.913.125/0001-94

DESTINATÁRIO/REMETENTE		CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
NOME/RAZÃO SOCIAL BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS		00.394.429/0009-68	05/05/2023
ENDEREÇO AV. SANTOS DUMONT, SN -	BAIRRO/DISTRITO CARIANOS	CEP 88049-000	DATA DE ENTRADA/SAÍDA
MUNICÍPIO Florianopolis	FONE/FAX 4832295004	UF SC	HORA DE ENTRADA/SAÍDA

FATURA
/ Num.: 001 / V. Orig.: 3.785,06 / V. Desc.: 1.220,49 / V. Liq.: 2.564,57

CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 0,00	VALOR DO ICMS 0,00	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST 0,00	VALOR DO ICMS ST 0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 3.785,06	
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00	DESCONTO 1.220,49	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00	VALOR DO IPI 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA 2.564,57

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS					
RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 9 - Sem Frete	CÓDIGO ANT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
ENDEREÇO	MUNICÍPIO			UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO													
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QTD.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL	BC ICMS	VLR. ICMS	VLR. IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
6253	TUBO REFRIGERACAO	87089990	0101	5102	PÇ	1,0000	1.520,0000	1.520,00					
A0343	SILICONE	35069190	0101	5102	PC	1,0000	68,0000	68,00					
A0348	ADITIVO DO ARREFECIMENTO	27101932	0101	5102	L	1,0000	41,0000	41,00					
001	ANEL VEDAÇÃO CANO AGUA	73181500	0101	5102	PÇ	2,0000	39,0000	78,00					
6254	CILINDRO EMBREAGEM FORD	87089300	0101	5102	PÇ	1,0000	460,0000	460,00					
3522	FLUÍDO DE EMBREAGEM DOT 4	38190000	0101	5102	L	1,0000	39,0000	39,00					
001	SENSOR MAP	73181500	0101	5102	PÇ	1,0000	311,0000	311,00					
002	PLUG SENSOR VALVULA CANISTER	73181500	0101	5102	PÇ	1,0000	78,0000	78,00					
003	VALVULA CANISTER	73181500	0101	5102	PÇ	1,0000	900,0000	900,00					
004	PLUG CHICOTE SENSOR MAP	73181500	0101	5102	PÇ	1,0000	125,0000	125,00					
005	FILTRO DE OLEO MOTOR	73181500	0101	5102	PÇ	1,0000	45,0000	45,00					
007	FILTRO DE COMBUSTIVEL	73181500	0101	5102	PÇ	1,0000	120,0600	120,06					

CÁLCULO DO ISSQN			
INSCRIÇÃO MUNICIPAL 9019869	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN


DADOS ADICIONAIS	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES VEICULO : RANGER PLACA: AZW6350 - Informações Adicionais de Interesse do Fisco: Nota fiscal e mitida por empresa optante pelo simples nacional com permis são de crédito de 2,85%	RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE KOERICH SERVICOS AUTOMOTIVOS - EIRELLI OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO

NF-e
Nº 000.002.384
SÉRIE: 1


DATA DE RECEBIMENTO
09/11/2023

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR
2S LUCAS

**KOERICH SERVICOS AUTOMOTIVOS - EIRELLI**

RUA JOSÉ JOÃO DE SOUZA, 589 - GALPÃO 02 - ROÇADO, Sao Jose, SC - CEP: 88108170 - Fone/Fax: 4832465048

DANFE
Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
0 - Entrada
1 - Saída
Nº 000.002.384
SÉRIE: 1
Página 1 de 2

CONTROLE DO FISCO

CHAVE DE ACESSO
4223 1129 9131 2500 0194 5500 1000 0023 8410 9418 7003
Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO
5102

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
342230260617586 - 08/11/2023 17:17

INSCRIÇÃO ESTADUAL
258651660

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB.

CNPJ / CPF
29.913.125/0001-94

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL
BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS

CNPJ/CPF
00.394.429/0009-68

DATA DA EMISSÃO
08/11/2023

ENDEREÇO
AV. SANTOS DUMONT, SN -

BAIRRO/DISTRITO
CARIANOS

CEP
88049-000

DATA DE ENTRADA/SAÍDA

MUNICÍPIO
Florianopolis

FONE/FAX
4832295004

UF
SC

INSCRIÇÃO ESTADUAL

HORA DE ENTRADA/SAÍDA

FATURA

/ Num.: 001 / V. Orig.: 5.818,64 / V. Desc.: 0,00 / V. Liq.: 5.818,64

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS
0,00

VALOR DO ICMS
0,00

BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST
0,00

VALOR DO ICMS ST
0,00

VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
6.614,00

VALOR DO FRETE
0,00

VALOR DO SEGURO
0,00

DESCONTO
795,36

OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS
0,00

VALOR DO IPI
0,00

VALOR TOTAL DA NOTA
5.818,64

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL

FRETE POR CONTA
9 - Sem Frete

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ/CPF

ENDEREÇO

MUNICÍPIO

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE

ESPÉCIE

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

PESO LÍQUIDO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QTD.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL	BC ICMS	VLR. ICMS	VLR. IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
Q234100-045-MO203AS	DIAFRAGMA 7MM DA CUÍCA DE FREIO	87083090	0101	5102	PC	2,0000	55,0000	110,00					
Q234100-045-KT204=	MOLA GRANDE DA CUICA	73202010	0101	5102	PC	1,0000	204,0000	204,00					
9112	DIAFRAGMA 7MM DA CUÍCA DE FREIO	87083090	0101	5102	PC	2,0000	50,0000	100,00					
4757109002	REPARO CENTRO DA CUÍCA DE FREIO	87089990	0101	5102	PC	2,0000	45,0000	90,00					
MO005	MOLA DA CUÍCA FINA	73202010	0101	5102	PC	2,0000	20,0000	40,00					
FD59	REPARO DE VÁLVULA DESCARGA RAPIDA	73181500	0101	5102	PC	1,0000	40,0000	40,00					
MO005	MOLA GRANDE DO PATIM	73209000	0101	5102	PC	2,0000	30,0000	60,00					
00188	JOGO DE LONA TRASEIRO	68138190	0101	5102	PC	1,0000	185,0000	185,00					
07375	MOLA GRANDE DO PATIM TRASEIRO	73209000	0101	5102	PC	1,0000	62,0000	62,00					
550045	RETENTOR DE RODA DIANTEIRO	40169300	0101	5102	PC	2,0000	75,0000	150,00					
0328	RETENTOR DE RODA TRASEIRO	40169300	0101	5102	PC	2,0000	310,0000	620,00					
FC344	SILICONE MARROM	39209910	0101	5102	PC	1,0000	68,0000	68,00					
3404	JUNTA CUBO DE RODA	35061090	0101	5102	PC	2,0000	290,0000	580,00					
105	ARANHA TRAVA	87085099	0101	5102	PC	2,0000	35,0000	70,00					
85S	J REBITE P/ LONA DE FREIO (96PC)	73182300	0101	5102	PC	1,0000	94,0000	94,00					
107	FILTRO DE AR	84219999	0101	5102	PC	1,0000	265,0000	265,00					
	FILTRO LUBRIFICANTE	84212300	0101	5102	PC	1,0000	90,0000	90,00					
	FILTRO DE COMBUSTÍVEL	84212990	0101	5102	PC	1,0000	115,0000	115,00					

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL
9019869

VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS


BASE DE CÁLCULO DO ISSQN

VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
VEICULO: FORD CARGO 1319- 12DC118 - PLACA: MKA7324 - KM: 46
024- Contrato 04/BAFL/2018. - BCO SANTANDER 033 AG.: 1563-3
- C/C: 13002002-7
Informações Adicionais de Interesse do Fisco: Nota fiscal e
mitida por empresa optante pelo simples nacional com permis
são de crédito de 2,85%

RESERVADO AO FISCO




KOERICH SERVICOS
AUTOMOTIVOS - EIRELLI

RUA JOSÉ JOÃO DE SOUZA, 589 - GALPÃO 02 - ROÇADO, Sao Jose, SC - CEP: 88108170 - Fone/Fax: 4832465048

DANFE
Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
0 - Entrada
1 - Saída
Nº 000.002.384
SÉRIE: 1
Página 2 de 2

1

CONTROLE DO FISCO



CHAVE DE ACESSO

4223 1129 9131 2500 0194 5500 1000 0023 8410 9418 7003

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO

5102

INSCRIÇÃO ESTADUAL

258651660

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB.

CNPJ / CPF

29.913.125/0001-94



PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

342230260617586 - 08/11/2023 17:17

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO													
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QTD.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL	BC ICMS	VLR. ICMS	VLR. IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
106	FILTRO SEPARADOR	84212990	0101	5102	PC	1,0000	250,0000	250,00					
4467	ARRUELA DE VEDAÇÃO 22MM	73182100	0101	5102	PC	1,0000	32,0000	32,00					
001	CATRACA DE FREIO	87083090	0101	5102	PÇ	1,0000	830,0000	830,00					
002	TRAVA ROSCA	73181500	0101	5102	PÇ	1,0000	38,0000	38,00					
3860	OLEO CAIXA COMBIO	27101932	0101	5102	L	8,0000	45,0000	360,00					
3860	OLEO DIFERENCUAL	27101932	0101	5102	L	18,0000	32,0000	576,00					
5376	LÂMPADA 67 24 V	85392110	0101	5102	PC	2,0000	6,0000	12,00					
102	LÂMPADA 1141 24 V	85392990	0101	5102	PC	2,0000	7,0000	14,00					
1040	LANTERNA TRASEIRA COMPLETA	85122022	0101	5102	PC	2,0000	120,0000	240,00					
T070034	BOIA TANQUE DE COMBUSTIVEL	90261029	0101	5102	PÇ	1,0000	490,0000	490,00					
2807	GRAXA	27101932	0101	5102	PC	1,0000	75,0000	75,00					
3860	OLEO 15W40 TURBO OLEO P/ MOTORES DIESEL	27101932	0101	5102	L	13,0000	58,0000	754,00					

EMPENHO 2023NE000706

RECEBEMOS DE KOERICH SERVICOS AUTOMOTIVOS - EIRELLI OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e
		Nº 000.002.024
DATA DE RECEBIMENTO 08/02/2023	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR 2S LUCAS	SÉRIE: 1

 KOERICH SERVICOS AUTOMOTIVOS - EIRELLI RUA JOSÉ JOÃO DE SOUZA, 589 - GALPÃO 02 - ROÇADO, Sao Jose, SC - CEP: 88108170 - Fone/Fax: 4832465048		DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 0 - Entrada 1 - Saída 1 Nº 000.002.024 SÉRIE: 1 Página 1 de 1	CONTROLE DO FISCO  CHAVE DE ACESSO 4223 0229 9131 2500 0194 5500 1000 0020 2415 0821 6033 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342230028516615 - 07/02/2023 15:48
NATUREZA DA OPERAÇÃO 5102			
INSCRIÇÃO ESTADUAL 258651660	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB.	CNPJ / CPF 29.913.125/0001-94	

DESTINATÁRIO/REMETENTE			
NOME/RAZÃO SOCIAL BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS		CNPJ/CPF 00.394.429/0009-68	DATA DA EMISSÃO 07/02/2023
ENDEREÇO AV. SANTOS DUMONT, SN -	BAIRRO/DISTRITO CARIANOS	CEP 88049-000	DATA DE ENTRADA/SAÍDA
MUNICÍPIO Florianopolis	FONE/FAX 4832295004	UF SC	HORA DE ENTRADA/SAÍDA

FATURA
/ Num.: 001 / V. Orig.: 700,35 / V. Liq.: 700,35

CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 0,00	VALOR DO ICMS 0,00	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST 0,00	VALOR DO ICMS ST 0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 700,35	
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00	DESCONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00	VALOR DO IPI 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA 700,35

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS					
RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 9 - Sem Frete	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
ENDEREÇO	MUNICÍPIO			UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO													
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QTD.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL	BC ICMS	VLR. ICMS	VLR. IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
6206	OLEO MOTOR SINTETICO 5W30 DPF	27101932	0101	5102	LT	7,0000	100,0500	700,35					

EMPENHO 2022NE000304

CÁLCULO DO ISSQN			
INSCRIÇÃO MUNICIPAL 9019869	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PEÇAS AVULSAS P/ L-200 - TRITON - PLACA: RXT0B23 Informações Adicionais de Interesse do Fisco: Nota fiscal e mitida por empresa optante pelo simples nacional com permis são de crédito de 2,85%	RESERVADO AO FISCO

Recebemos de DREAMCAR CENTRO AUTOMOTIVO LTDA, os produtos constantes da nota fiscal indicada ao lado: Data de emissão: 17/09/2024, Valor Total: R\$230,73, Destinatário: COMANDO DA AERONAUTICA Avenida Santos Dumont, s/n - Tapera - Florianopolis/SC

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
Nº 000.001.655
SÉRIE: 1

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE
DREAMCAR CENTRO AUTOMOTIVO LTDA

Rua Santos Saraiva, 1350 - oficina
Capoeiras - Florianopolis - SC
CEP: 88070-101 Fone: (48)3025-5071

DANFE
Documento Auxiliar da
NOTA FISCAL ELETRÔNICA
0 - ENTRADA
1 - SAÍDA
Nº 000.001.655
SÉRIE: 1
FOLHA: 1/1


CHAVE DE ACESSO
4224 0942 7092 6800 0147 5500 1000 0016 5510 1524 1790
Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal
ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO
Venda

INSCRIÇÃO ESTADUAL
261.451.162

INSC. EST. DO SUBST. TRIBUTÁRIO

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
242240166994511 17/09/2024 12:14:17

CNPJ
42.709.268/0001-47

DESTINATÁRIO/REMETENTE
NOME/RAZÃO SOCIAL
COMANDO DA AERONAUTICA
ENDEREÇO
Avenida Santos Dumont, s/n
MUNICÍPIO
Florianopolis
FONE/FAX
(48)3229-5186
UF
SC
INSCRIÇÃO ESTADUAL
HORA DE SAÍDA
12:14:09

CNPJ/CPF/IdEstrangeiro
00.394.429/0009-68

DATA DE EMISSÃO
17/09/2024

BAIRRO/DISTRITO
Tapera

CEP
88049-000

DATA DE SAÍDA/ENTRADA
17/09/2024

FATURA/DUPLICATA

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	0,00	VALOR DO ICMS	0,00	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	0,00	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	230,73
VALOR DO FRETE	0,00	VALOR DO SEGURO	0,00	DESCONTO	0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	0,00	VALOR DO IPI	0,00
								VALOR TOTAL DA NOTA	230,73

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 9-sem transp	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF		INSCRIÇÃO ESTADUAL	
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO											
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	BC ICMS	VALOR ICMS	ALIQ. ICMS
3447082	FILTRO LUBRIFICANTE	87082999	0102	5102	UN	1	45,99	45,99	0,00	0,00	0
2162940	FILTRO AR	87082999	0102	5102	UN	1	54,27	54,27	0,00	0,00	0
2267588	FILTRO CABINE	87082999	0102	5102	UN	1	52,81	52,81	0,00	0,00	0
4074438	FILTRO COMBUSTIVEL KL 583	87082999	0102	5102	UN	1	42,71	42,71	0,00	0,00	0
4095918	HELLA 7528=1034 12V - LAMPADA 2 POLOS 12V 21/5W PARA SINALEIRA PINO DESENCONTRADOS - 105364	85392910	0102	5102	PC	1	11,65	11,65	0,00	0,00	0
3808668	LAMPADA 1 POLO	87082999	0102	5102	UN	2	11,65	23,30	0,00	0,00	0

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	6013503	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DOS SERVIÇOS	VALOR DO ISSQN
---------------------	---------	--------------------------	------------------------------	----------------

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Veículo: PEUGEOT 307SD PRESEN A Placa: DJL 1878, KM: 50389

RESERVADO AO FISCO

Recebemos de DREAMCAR CENTRO AUTOMOTIVO LTDA, os produtos constantes da nota fiscal indicada ao lado: Data de emissão: 26/09/2024, Valor Total: R\$5.642,08, Destinatário: COMANDO DA AERONAUTICA Avenida Santos Dumont, s/n - Tapera - Florianopolis/SC

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e

Nº 000.001.688

SÉRIE: 1

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

DREAMCAR CENTRO AUTOMOTIVO LTDA

Rua Santos Saraiva, 1350 - oficina
Capoeiras - Florianopolis - SC
CEP: 88070-101 Fone: (48)3025-5071

DANFE


Documento Auxiliar da
NOTA FISCAL ELETRÔNICA

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

Nº 000.001.688

SÉRIE: 1

FOLHA: 1/1



CHAVE DE ACESSO
4224 0942 7092 6800 0147 5500 1000 0016 8812 1242 6131

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal
ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO
Venda

INSCRIÇÃO ESTADUAL
261.451.162

INSC. EST. DO SUBST. TRIBUTÁRIO

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
242240180042973 26/09/2024 18:09:18

CNPJ
42.709.268/0001-47

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL
COMANDO DA AERONAUTICA

ENDEREÇO
Avenida Santos Dumont, s/n

MUNICÍPIO
Florianopolis

BAIRRO/DISTRITO
Tapera

UF
SC

INSCRIÇÃO ESTADUAL

CNPJ/CPF/IdEstrangeiro
00.394.429/0009-68

CEP
88049-000

DATA DE EMISSÃO
26/09/2024

DATA DE SAÍDA/ENTRADA
26/09/2024

HORA DE SAÍDA
18:09:13

FONE/FAX
(48)3229-5186

UF
SC

INSCRIÇÃO ESTADUAL

FATURA/DUPLICATA

CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	0,00	VALOR DO ICMS	0,00	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	0,00
VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	5.642,08		
VALOR DO FRETE	0,00	VALOR DO SEGURO	0,00	DESCONTO	0,00
OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	0,00	VALOR DO IPI	0,00	VALOR TOTAL DA NOTA	5.642,08

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL

FRETE POR CONTA
9-sem transp

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ/CPF

ENDEREÇO

MUNICÍPIO

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE

ESPÉCIE

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO											
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	BC ICMS	VALOR ICMS	ALIQ. ICMS
6014918	VOLANTE	87082999	0102	5102	UN	1	271,81	271,81	0,00	0,00	0
3221677	JG PALHETA DIANTEIRO	87082999	0102	5102	UN	1	73,82	73,82	0,00	0,00	0
1969496	AMORTECEDOR TRASEIRO	87088000	0102	5102	UN	2	245,35	490,70	0,00	0,00	0
2002406	AMORTECEDOR DIANTEIRO	87082999	0102	5102	UN	2	246,17	492,34	0,00	0,00	0
3260707	CILINDRO RODA TRASEIRO	87082999	0102	5102	UN	2	76,61	153,22	0,00	0,00	0
2005942	COIFA SEMI EIXO	87082999	0102	5102	UN	2	52,81	105,62	0,00	0,00	0
3316518	CAIXA DIRECAO	87082999	0102	5102	UN	1	1.941,50	1.941,50	0,00	0,00	0
3447082	FILTRO LUBRIFICANTE	87082999	0102	5102	UN	1	38,45	38,45	0,00	0,00	0
2162940	FILTRO AR	87082999	0102	5102	UN	1	50,48	50,48	0,00	0,00	0
3565284	CABO FREIO MAO	87082999	0102	5102	UN	2	53,59	107,18	0,00	0,00	0
3606407	SILENCIOSO TRASEIRO	87082999	0102	5102	UN	2	295,11	590,22	0,00	0,00	0
4505689	KIT TRAMBULADOR MARCHA	87082999	0102	5102	UN	1	239,74	239,74	0,00	0,00	0
3294715	TAMBOR TRASEIRO	87082999	0102	5102	UN	2	382,08	764,16	0,00	0,00	0
6014937	SAPATA FREIO TRASEIRO	87082999	0102	5102	UN	2	134,24	268,48	0,00	0,00	0
3373919	FLUIDO FREIO DOT-4 TIRRENO (50	38190000	0102	5102	UN	2	27,18	54,36	0,00	0,00	0

CÁLCULO DO ISSQN			
INSCRIÇÃO MUNICIPAL	6013503	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DOS SERVIÇOS
VALOR DO ISSQN			

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Veículo: VW KOMBI Placa: AYJ5C48, KM: 152694

RESERVADO AO FISCO

Recebemos de DREAMCAR CENTRO AUTOMOTIVO LTDA, os produtos constantes da nota fiscal indicada ao lado: Data de emissão: 09/10/2024, Valor Total: R\$1.491,66, Destinatário: COMANDO DA AERONAUTICA Avenida Santos Dumont, s/n - Tapera - Florianópolis/SC


DATA DE RECEBIMENTOIDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
Nº 000.001.720
SÉRIE: 1

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE
DREAMCAR CENTRO AUTOMOTIVO LTDA

Rua Santos Saraiva, 1350 - oficina
Capoeiras - Florianópolis - SC
CEP: 88070-101 Fone: (48)3025-5071

DANFE
Documento Auxiliar da
NOTA FISCAL ELETRÔNICA
0 - ENTRADA
1 - SAÍDA
Nº 000.001.720
SÉRIE: 1
FOLHA: 1/1


CHAVE DE ACESSO
4224 1042 7092 6800 0147 5500 1000 0017 2010 1124 9231
Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal
ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO
Venda

INSCRIÇÃO ESTADUAL
261.451.162

INSC. EST. DO SUBST. TRIBUTÁRIO

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
242240193328528 09/10/2024 08:06:32

CNPJ
42.709.268/0001-47

DESTINATÁRIO/REMETENTE
NOME/RAZÃO SOCIAL
COMANDO DA AERONAUTICA
ENDEREÇO
Avenida Santos Dumont, s/n
MUNICÍPIO
Florianópolis
FONE/FAX
(48)3229-5186
UF
SC
INSCRIÇÃO ESTADUAL
CNPJ/CPF/IdEstrangeiro
00.394.429/0009-68
CEP
88049-000
DATA DE EMISSÃO
09/10/2024
DATA DE SAÍDA/ENTRADA
09/10/2024
HORA DE SAÍDA
08:06:23

FATURA/DUPLICATA

CÁLCULO DO IMPOSTO		BASE DE CÁLCULO DO ICMS		0,00	VALOR DO ICMS	0,00	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	0,00	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	1.491,66
VALOR DO FRETE	0,00	VALOR DO SEGURO	0,00	DESCONTO	0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	0,00	VALOR DO IPI	0,00	VALOR TOTAL DA NOTA	1.491,66	

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS
RAZÃO SOCIAL
FRETE POR CONTA
9-sem transp
CÓDIGO ANTT
PLACA DO VEÍCULO
UF
CNPJ/CPF
ENDEREÇO
MUNICÍPIO
UF
INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE
ESPÉCIE
MARCA
NUMERAÇÃO
PESO BRUTO
PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO													
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	BC ICMS	VALOR ICMS	ALIQ. ICMS		
3447082	FILTRO LUBRIFICANTE	87082999	0102	5102	UN	1	27,39	27,39	0,00	0,00	0		
3559141	VELA IGNICAO	85111000	0102	5102	UN	4	30,56	122,24	0,00	0,00	0		
3233890	JG PASTILHA FREIO DIANTEIRO	87082999	0102	5102	UN	1	415,85	415,85	0,00	0,00	0		
3221677	JG PALHETA DIANTEIRO	87082999	0102	5102	UN	1	116,49	116,49	0,00	0,00	0		
4095918	HELLA 7528=1034 12V - LAMPADA 2 POLOS 12V 21/5W PARA SINALEIRA PINO DESENCONTRADOS - 105364	85392910	0102	5102	PC	2	11,65	23,30	0,00	0,00	0		
3808668	LAMPADA 1 POLO	87082999	0102	5102	UN	1	11,65	11,65	0,00	0,00	0		
3104698	LAMPADA PINGO GRANDE	85392110	0102	5102	UN	2	11,65	23,30	0,00	0,00	0		
4136997	12972C1 LAMP AUTO H7 12972 STD 12V 55W UN - PHI	85392110	0102	5102	PC	2	27,18	54,36	0,00	0,00	0		
6022274	LAMPADA FAROL H1	87082999	0102	5102	UN	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0		
3104704	LAMPADA OSRAM H1	85392110	0102	5102	UN	2	46,60	93,20	0,00	0,00	0		
2550242	CORREIA AUXILIAR	87082999	0102	5102	UN	1	142,04	142,04	0,00	0,00	0		
3451374	ROLAMENTO CORREIA AUXILIAR	87082999	0102	5102	UN	1	461,84	461,84	0,00	0,00	0		

CÁLCULO DO ISSQN		INSCRIÇÃO MUNICIPAL 6013503	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DOS SERVIÇOS	VALOR DO ISSQN
------------------	--	--------------------------------	--------------------------	------------------------------	----------------

DADOS ADICIONAIS
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Veículo: FIAT DOBLO ESSENCE 7L E Placa: QJI7743, KM: 100433

RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE DUFILTER DISTRIBUIDORA DE FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 02/09/2024 VALOR TOTAL: R\$ 7.704,79 DESTINATÁRIO: BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS - AV SANTOS DUMONT, S/N CENTRO FLORIANOPOLIS-SC

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e

Nº. 000.000.796

Série 001

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

DUFILTER DISTRIBUIDORA DE FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA

RUA ANGELO ZULIAN SOBRINHO, 1411

SAO CAETANO - 95095-020

CAXIAS DO SUL - RS Fone/Fax: 5432201700

DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA

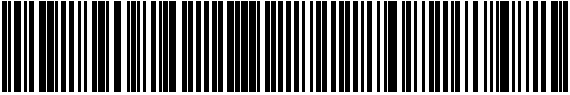
1 - SAÍDA

1

Nº. 000.000.796

Série 001

Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

4324 0951 5604 4200 0123 5500 1000 0007 9610 0036 1183

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e

www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDA DE MERCADORIA NAO CONTRIBUINTE

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

243240113263681 - 02/09/2024 11:34:44

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0290716543

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT.

CNPJ / CPF

51.560.442/0001-23

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS

CNPJ / CPF

00.394.429/0009-68

DATA DA EMISSÃO

02/09/2024

ENDEREÇO

AV SANTOS DUMONT, S/N

BAIRRO / DISTRITO

CENTRO

CEP

88049-000

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

02/09/2024

MUNICÍPIO

FLORIANOPOLIS

UF

SC

FONE / FAX

4832295000

INSCRIÇÃO ESTADUAL

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

00:00:00

FATURA / DUPLICATA

Num.

001

Venc.

02/10/2024

Valor

RS 7.704,79

CÁLCULO DO IMPOSTO		BASE DE CÁLC. DO ICMS		BASE DE CÁLC. ICMS S.T.		VALOR DO ICMS SUBST.		V. IMP. IMPORTAÇÃO		V. ICMS UF REMET.		V. FCP UF DEST.		V. TOTAL PRODUTOS	
0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		7.704,79	
VALOR DO FRETE		VALOR DO SEGURO		DESCONTO		OUTRAS DESPESAS		VALOR TOTAL IPI		V. ICMS UF DEST.		V. TOT. TRIB.		V. TOTAL DA NOTA	
0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		7.704,79	

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL

TW TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA

FRETE

0-Por conta do Rem

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ / CPF

89.317.697/0004-85

ENDEREÇO

ESTRADA MUNIC ADOLFO RANDAZZO, 1051

MUNICÍPIO

CAXIAS DO SUL

UF

RS

INSCRIÇÃO ESTADUAL

0290179459

QUANTIDADE

30

ESPÉCIE

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

499,480

PESO LÍQUIDO

454,590

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS															
CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO					NCM/SH	O/CSOSN	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	VALOR DESC	B.CÁLC ICMS	VALOR ICMS
4081	OLEO FREIO DOT 4 BRAKE 500ML CX 24X500 2668.041					38190000	0/400	6108	PC	10,0000	13,8300	138,30	0,00	0,00	0,00
30698	OLEO MOTOR 5W30 SINTEK K SN SINTETICO CX24X1 LT					27101932	0/400	6108	UN	27,0000	20,6400	557,28	0,00	0,00	0,00
30828	OLEO MOTOR 5W40 SN SINTEK K SINTETICO CX24X1					27101932	0/400	6108	UN	5,0000	22,9500	114,75	0,00	0,00	0,00
30700	OLEO MOTOR 0W20 SN SINTEK K CX 24X1LT					27101932	0/400	6108	UN	4,0000	22,7200	90,88	0,00	0,00	0,00
30183	OLEO MOTOR 15W40 C14 TRUCK DIESEL BD20LT					27101932	0/400	6108	BD	14,0000	249,8500	3.497,90	0,00	0,00	0,00
5025	OLEO MOTOCICLETA 20W50 SL 4T CX 12X1LT RACE 1479.052					27101932	0/400	6108	UN	2,0000	18,2100	36,42	0,00	0,00	0,00
30704	OLEO HIDRAULICO K-68 ES HL BD 20LT					27101932	0/400	6108	BD	10,0000	209,9700	2.099,70	0,00	0,00	0,00
30258	GRAXA RETRAK CALCIO NGL2 CHASSIS BD18KG					27101932	0/400	6108	BD	1,0000	249,9600	249,96	0,00	0,00	0,00
10036839	ADITIVO MAX S10 CX 12X500					38112150	0/400	6108	PC	20,0000	45,9800	919,60	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: ANO: 2024 TIPO: NE NUMERO: 559

LOCAL DE ENTREGA: AVENIDA SANTOS DUMONT, S/N - TAPERA, CEP: 88047-901, FLORIANOPOLIS/SC

Pedido: 53963

CONTA SICREDI (748) AG 0101 CC 55312-2

PIX CNPJ:51.560.442/0001-23

Valor aprox. tributos: Federal: R\$ 1051,46 Estadual: R\$ 977,47 Fonte:IBPT-3501D1

RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE MG CAR SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA. - ME OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e
		Nº 000.002.229
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	SÉRIE: 1

MG CAR SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA. - ME AV GOVERNADOR JORGE LACERDA, 952 - - CAMPINAS, Sao Jose, SC - CEP: 88101420 - Fone/Fax: 4830352329		DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 0 - Entrada 1 - Saída 1 Nº 000.002.229 SÉRIE: 1 Página 1 de 1	CONTROLE DO FISCO  CHAVE DE ACESSO 4224 0925 1913 6600 0116 5500 1000 0022 2918 0100 9003 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 242240177824394 - 25/09/2024 10:58
NATUREZA DA OPERAÇÃO REVENDA DE MERCADORIA			
INSCRIÇÃO ESTADUAL 258084030	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB.	CNPJ / CPF 25.191.366/0001-16	

DESTINATÁRIO/REMETENTE					
NOME/RAZÃO SOCIAL COMANDO DA AERONAUTICA		CNPJ/CPF 00.394.429/0009-68		DATA DA EMISSÃO 25/09/2024	
ENDEREÇO Av. Santos Dumont, S/N -		BAIRRO/DISTRITO TAPERA		CEP 88047-400	DATA DE ENTRADA/SAÍDA 25/09/2024
MUNICÍPIO Florianopolis		PHONE/FAX 4832295186	UF SC	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE ENTRADA/SAÍDA 10:58

FATURA

CÁLCULO DO IMPOSTO									
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 0,00		VALOR DO ICMS 0,00		BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST 0,00		VALOR DO ICMS ST 0,00		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 2.809,44	
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00	DESCONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00	VALOR DO IPI 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA 2.809,44				

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS							
RAZÃO SOCIAL		FRETE POR CONTA 9 - Sem Frete		CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
ENDEREÇO		MUNICÍPIO				UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO		

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO													
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QTD.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL	BC ICMS	VLR. ICMS	VLR. IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
001	CORREIA ALTERNADOR	27101932	0400	5102	UN	1,0000	64,1900	64,19					
002	LANTERNA TRASEIRA	27101932	0400	5102	UN	1,0000	854,2600	854,26					
003	CILINDRO DAS OIRTAS DIANTEIRA L.D / L.E	27101932	0400	5102	UN	1,0000	192,5200	192,52					
004	FILTRO DE OLEO	27101932	0400	5102	UN	1,0000	82,4300	82,43					
005	ESTOFADOS	27101932	0400	5102	UN	1,0000	1.242,5600	1.242,56					
006	JOGO DE PALHETAS DO LIMPADOR DA PARABRISA	27101932	0400	5102	JG	1,0000	54,3400	54,34					
007	OLEO 5W30	27101932	0400	5102	UN	9,0000	35,4600	319,14					

CÁLCULO DO ISSQN			
INSCRIÇÃO MUNICIPAL 511283	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
DADOS ADICIONAIS			
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES VEICULO RANGER PLACA MII3575		RESERVADO AO FISCO	

RECEBEMOS DE R2 COMERCIAL E IMPORTADORA DE PNEUS LTDA - ME OS PRODUTOS / SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADO AO LADO		NF-e Nº 000001847 SÉRIE 001
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE		DANFE			
		DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - ENTRADA 1 - SAÍDA Nº 000001847 FL. 1 /1 SÉRIE 001		CHAVE DE ACESSO 4224 0922 6601 0000 0187 5500 1000 0018 4710 0001 2277	
				Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora	
NATUREZA DE OPERAÇÃO VENDA MERC ADQUIRIDA OU RECEBIDADE DE TERCEIROS				PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 242240179072940 26/09/2024 08:01:41	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 257704469		INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB.		CNPJ / CPF 22.660.100/0001-87	

DESTINATÁRIO / REMETENTE				NOME / RAZÃO SOCIAL COMANDO DA AERONAUTICA		CNPJ / CPF 00.394.429/0009-68		DATA DA EMISSÃO 26/09/2024	
ENDEREÇO AVENIDA SANTOS DUMONT, SN				BAIRRO / DISTRITO TAPERA		CEP 88049-000		DATA SAÍDA / ENTRADA 26/09/2024	
MUNICÍPIO Florianopolis				FONE / FAX (48)3229-5186		UF SC		INSCRIÇÃO ESTADUAL HORA DA SAÍDA 08:02:17	

FATURA		NUMERO	VALOR ORIGINAL	VALOR DESCONTO	VALOR LIQUIDO
DADOS DA FATURA		1847-2	475,23	0,00	475,23

Nº DUPLICATA	VENC.	VALOR	Nº DUPLICATA	VENC.	VALOR	Nº DUPLICATA	VENC.	VALOR	Nº DUPLICATA	VENC.	VALOR
001	26/09/2024	475,23									

CÁLCULO DO IMPOSTO		BASE DE CÁLCULO DO ICMS		VALOR DO ICMS		BASE CÁLC. ICMS SUBST.		VALOR DO ICMS SUBST.		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
		0,00		0,00		0,00		0,00		475,23	
VALOR DO FRETE		VALOR DO SEGURO		DESCONTO		OUTRAS DESP. ACESS.		VALOR DO IPI		VALOR TOTAL DA NOTA	
0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		475,23	

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS				RAZÃO SOCIAL 0 - REMETENTE		FRETE POR CONTA		CÓDIGO ANTT		PLACA DO VEÍCULO		UF		CNPJ / CPF 22.660.100/0001-87	
ENDEREÇO AVENIDA GOVERNADOR IVO SILVEIRA				MUNICÍPIO Florianopolis		UF SC		INSCRIÇÃO ESTADUAL 257704469							
QUANTIDADE		ESPÉCIE		MARCA		NUMERAÇÃO		PESO BRUTO		PESO LÍQUIDO					

CÓDIGO DO PROD. /	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM / SH	CSOSN	CFOP	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PERC.(%) DESCONTO	BASE CÁLC. ICMS	VALOR L.C.M.S.	VALOR I.P.I.	ALIQUOTAS ICMS	ALIQUOTAS IPI
5833	KIT CORREIA DENT CONTITENTAL CT848K4 AP 1.6	84835090	0102	5403	UN	1,00	201,14	201,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5834	PALHETA VALEO CX340 GOL PARATI	85129000	0102	5403	UN	1,00	104,79	104,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5835	FILTRO DE AR WEGA FAP4049 PARATI	84219999	0102	5403	UN	1,00	38,05	38,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4108	LAMPADA ATMX H4 12V LPH412VH	85392110	0500	5403	UN	2,00	34,95	69,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4921	LAMPADA HALOWAY W5W 12V	85392910	0102	5403	UN	1,00	11,65	11,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2649	LAMPADA PHILIPS P21W 12498CP	85392910	0500	5403	UN	1,00	11,65	11,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1492	FILTRO DE OLEO BOSCH B7TOP3/4D TM2	84212300	0500	5403	UN	1,00	38,05	38,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL.NAO GERA DIREITO A CREDITO FISCAL DE ICMS, DE ISS E DE IPI. OS.44 MIN-3261 KM 52416 / --	RESERVADO AO FISCO
------------------	--	--------------------

RECEBI(EMOS) DE STATUS CAR, A(s) MERCADORIA(S) CONSTANTES DA NF-e INDICADA AO LADO:

DATA DO RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e

Nº

8960

SÉRIE

1

StatusCar

STATUS CAR PECAS E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA ME

AV. PREFEITO WALDEMAR VIEIRA 425

SACO DOS LIMOES

FLORIANOPOLIS SC

88045-500

Atendimento: (48) 3333-0306

DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA

1 - SAÍDA

Nº

8960

SÉRIE

1

FOLHA

1/1

CHAVE DE ACESSO

4224 1207 9517 7300 0100 5500 1000 0089 6010 9696 7297

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e

www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO

242240291898432

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDA MERCADORIAS GOVERNO

INSCRIÇÃO ESTADUAL

255216718

INSCRIÇÃO ESTADUAL SUBST. TRIBUTÁRIO

CNPJ

07.951.773/0001-00

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

COMANDO AERONAUTICA

ENDEREÇO

AVENIDA SANTOS DUMONT, S/N

MUNICÍPIO

FLORIANOPOLIS

CNPJ/CPF

00.394.429/0009-68

BAIRRO

TAPERA

FONE/FAX

48 3236-1040

UF

SC

RG/INSCRIÇÃO ESTADUAL

DATA DE EMISSÃO

12/12/2024 16:42:02

DATA DE ENTRADA/SAÍDA

12/12/2024 16:42:02

FATURA/PARCELA								
NUMERO	VENCIMENTO	VALOR	NUMERO	VENCIMENTO	VALOR	NUMERO	VENCIMENTO	VALOR
001	12/12/2024	1.294,44						

CÁLCULO						
BASE DE CÁLCULO ICMS		0,00	VALOR DO ICMS		0,00	
BASE DE CÁLCULO ICMS DE SUBSTITUIÇÃO		0,00	VALOR ICMS DE SUBSTITUIÇÃO		0,00	
VALOR DO FRETE		0,00	VALOR DO SEGURO		0,00	
DESCONTO		372,36	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS		0,00	
VALOR TOTAL DO IPI		0,00	VALOR TOTAL DA NOTA		1.294,44	

TRANSPORTADOR/VOLUME

RAZÃO SOCIAL

ENDEREÇO

QUANTIDADE

FRETE POR CONTA

9 - Sem frete

MUNICÍPIO

CODIGO ANTT

PLACA DO VEICULO / REBOQUE

UF

CNPJ / CPF

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO

PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO													
COD.PROD.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	NCM/SH	CEST	CST	CFOP	UN	QNTD	V.UNITARIO	VALOR TOTAL	BC ICMS	V.ICM	ALÍQUOTAS	V.IPI
10934	VALVULA TERMOSTATICA *	84818021		0103	5102	PC	1,0000	540,7000	540,70			0,00	
777	BOMBA D AGUA*	84133090		0103	5102	PC	1,0000	900,1000	900,10			0,00	
191	ADITIVO DO RADIADOR	38249941		0103	5102	LI	2,0000	64,0000	128,00			0,00	
2171	LIMPEZA RADIADOR	87089100		0103	5102	PC	1,0000	98,0000	98,00			0,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

PRIME - 78 Cod.Cliente: 3573 - COMANDO AERONAUTICA O.S.: 13009, Mod.: FIAT, Chassi: 9BD1196GDK1150899, Fab/Mod: 2019/2019, Placa: QJI7743, KM: 102217, Cor: BRANCA -

RESERVADO AO FISCO

Impresso pelo Sistema TCar - Tecinco - Tel - (45) 3301 5050 - Versão 1.11.8

Documento: 202505141139 MD5: 04255086901305178891226857449b891244d



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ETP 28-2025
Data/Hora de Criação:	14/04/2025 13:47:44
Páginas do Documento:	57
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	58
Hash MD5:	34ea5504600b4851f889f2be7a5fa4db
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Suboficial DOUGLAS LEÃO no dia 14/04/2025 às 11:27:16 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento LUCAS ARAUJO GUIMARÃES no dia 14/04/2025 às 11:50:18 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap NATAL PEDRO FACHINI no dia 14/04/2025 às 14:15:15 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major RAQUEL TERESA DE SOUZA GOMES OLIVEIRA no dia 15/04/2025 às 16:41:04 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Ata de Registro de Preços 14/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2025	120073-MAER - BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS - SC	RAFAEL RICARDO TASCA	28/04/2025 11:42 (v 1.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	34/2025	67272.001675/2025-11

1. Do objeto

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º 91034.2025

A Base Aérea de Florianópolis, por meio da Seção de Licitações e Contratos, sediado a Av. Santos Dumont, S/Nº, Tapera inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da (s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1- DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Aquisição de materiais para manutenções de viaturas da BAFL e do CINDACTA-2, para atender a necessidade da Base Aérea de Florianópolis e do Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste, especificados no Termo de Referência, anexo *do Edital*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. Dos preços, especificações e quantitativos

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. Órgão(s) gerenciador(es) e participante(s)

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será a Base Aérea de Florianópolis.

3.2 Além do gerenciador, o CINDACTA II participará do registro de preços:

<i>Item nº</i>	<i>CINDACTA II</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

4. Da adesão à Ata de Registro de Preços

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

5. Validade, formalização da ata SRP e cadastro reserva

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir[A1] do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1.O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2.Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3.Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1.Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2.Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1.Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2.Mantiverem sua proposta original.

5.4.3.Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5.O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6.Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7.A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1.Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8.O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9.Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10.A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11.Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12.Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de m e l h o r c o n d i ç ã o .

6. Alteração ou atualização dos preços registrados

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1.Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrado

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1.No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7. Negociação dos preços registrados

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4.Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. Remanejamento das quantidades registradas na ata SRP

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS[A1]

8.1 Informo que não há órgãos participantes, desta forma não haverá remanejamento.

9. Cancelamento do registro do licitante vencedor e dos preços registrados

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. Das penalidades

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente[A1] após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023).

11. Condições gerais

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes:

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOAO PAULO GOMEZ LIMA DA SILVA

Autoridade competente

Modelo da Nota de Empenho

Nota de Empenho

UG Emitente	Nome da UG Emitente	Moeda
120073	BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS	REAL - (R\$)

Ano	Tipo	Número
2021	NE	XXX

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
X	XXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXX	XXXXXX	A0000XX000

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
XX/XX/2021	Global	67272.00XXXX/20XX-XX	0,0000	XX,XX

Favorecido	Nome do Favorecido
XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX LTDA

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação	Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
XXX	PREGAO	LEI XX.XXX / 20XX	X	-	-	-

Descrição

APL: CONTRATO Nº XX/BAFL/20XX. PAG Nº: XX/BAFL/20XX. XXXXX.
PREGÃO Nº: XX/BAFL/20XX. PROC ORIGEM: 20XXPR000XX.

Local da Entrega

AV. SANTOS DUMONT, S/Nº - TAPERA - FLORIANÓPOLIS - SC - CEP 88049-000

Informação Complementar

XXXXXXXXXXXXXX

Sistema de Origem

COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação
000	03/05/2021 09:56:46	Inclusão

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa

XXXXXX - XXXXXXXX - PESSOA JURIDIC

Total da Lista

XXXX,XX

Subelemento XX - XXXXXXXX XXXXXXXX

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 0000X - XXXX/XXXXXXXX	XXX,XX

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
XX/XX/2021	Inclusão	XXXXXX	XX,XX	XXXX,XX

Seq.	Descrição	Valor do Item
002	Item compra: 0000X - XXX/XXXXXX	XXX,XX

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
XX/XX/2021	Inclusão	XXXX	XX,XX	XXX,XX

Versão	Data/Hora	Operação
000	03/05/2021 09:56:46	Inclusão

2 de 2

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

Designar os militares, abaixo relacionados, para viajarem à cidade de *Kaunas* - Lituânia, a fim de cumprirem a missão Nº 100/PLAMTAX/DECEA/2023 (ÔNUS) - Participar do FAT (*Factory Acceptance Test*) do Projeto de Desenvolvimento do Sistema LTMPPS (*Long Term Manpower Planning System*); com início previsto para o dia 9 de dezembro do corrente ano e duração de nove dias, incluindo o trânsito, fazendo jus à retribuição no exterior, de acordo com a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973:

Ten Cel Av DEOCLIDES FERNANDES BARBOSA VIEIRA (CISCEA/3247392); e
1º Ten Eng RODRIGO OLIVEIRA (CISCEA/7439210).

PORTARIA GABAER Nº 1.757/GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23 do Anexo I, inciso VI, alínea "h", da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022, de conformidade com o disposto no inciso VII do art. 1º do Decreto nº 8.798, de 4 de julho de 2016, e considerando o que consta do Processo nº 67600.025020/2023-08, resolve:

Designar os militares, abaixo relacionados, para viajarem à cidade de *Littleton* - Estados Unidos da América, a fim de cumprirem a missão Nº 88/PLAMTAX/DECEA/2023 (ÔNUS) - Atestar a capacidade técnica da empresa *Diamond Antenna & Microwave Corp*; com início previsto para o dia 09 de dezembro do corrente ano e duração de nove dias, incluindo o trânsito, fazendo jus à retribuição no exterior, de acordo com a Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973:

Cap Eng LEANDRO DE CARVALHO MONSORES
(PAME-RJ/4314280); e

Cap Eng LEONARDO CAMARGO DE HOLANDA CAVALCANTI
(PAME-RJ/6478158).

Ten Brig Ar MARCELO KANITZ DAMASCENO
Comandante da Aeronáutica

5 - PAAI - DISPOSIÇÕES

PORTARIA GABAER Nº 623/GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre a dosimetria para aplicação de sanções administrativas em Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI), em caso de descumprimento de cláusula editalícia ou obrigação contratual, por parte do licitante ou contratado, em contratações realizadas com base na Lei nº 14.133/2021, no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER).

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe conferem o inciso XIV e o § 1º, ambos do Art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, e o que consta do Processo nº 67800.002116/2022-52, resolve:

Art. 1º Estabelecer procedimentos, no âmbito do COMAER, para aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, por descumprimento parcial ou total de obrigações contratuais ou por prática de infração prevista na referida Lei, por licitante ou por contratado, no decorrer da licitação, contratação direta ou execução contratual, garantidos os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Para efeito desta Portaria, equipara-se ao contrato qualquer acordo firmado entre o COMAER e outra pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, ainda que não formalizado por instrumento de contrato, que estabeleça obrigações de dar, fazer ou entregar, entre outras admitidas em direito.

Art. 3º Na apuração dos fatos de que trata a presente Portaria, a Administração atuará com base na boa-fé, assegurando ao licitante ou ao contratado o contraditório e a ampla defesa, o direito de juntar os meios de provas necessários a sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências.

Art. 4º A Administração formará sua convicção com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

Art. 5º Esta Portaria visa dar transparência à dosimetria sancionatória, além de limitar a subjetividade no julgamento da infração, por meio da estipulação de critérios objetivos de graduação das sanções previstas, de modo a conferir segurança jurídica tanto para regulados quanto para reguladores, bem como garantir que as decisões de natureza sancionatória adotadas pela Autoridade sejam efetivas, isonômicas, transparentes, objetivas e consistentes.

CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º Nas licitações ou nos processos de contratação direta realizados no âmbito do COMAER é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, ou da contratação, sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Considera-se como conduta do inciso II o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado, consoante acepções a seguir:

I - grave dano à Administração, entendida como lesão significativa, que afete o patrimônio da Administração ou os serviços administrativos;

II - grave dano ao funcionamento dos serviços públicos, entendida como falha no cumprimento da obrigação, pelo contratado, que concorra para a interrupção, mau funcionamento ou reflexos quanto à disponibilidade de serviços públicos, não se configurando em defeito de pequena relevância;

III - grave dano ao interesse coletivo, entendida como evento, decorrente de ação ou inação do contratado, apto a gerar danos a um número indeterminado de pessoas que se encontram em situação equivalente, a exemplo das hipóteses de inobservância de parâmetros técnicos ou de segurança.

§ 2º Consideram-se como condutas do inciso IV, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação, da contratação direta ou da execução contratual:

I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório; e

IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo agente ou pela comissão de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Consideram-se como condutas do inciso V, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas:

I - deixar de atender a convocações do agente ou da comissão de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente ou pela comissão de contratação;

III - abandonar o certame; e

IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se como conduta do inciso VII o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

§ 5º Considera-se como conduta do inciso X, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação, da contratação direta ou da execução contratual, a conduta intencional de tentar enganar ou corromper a Administração, ou quaisquer de seus agentes, para obter vantagem indevida.

Art. 7º Após transcorridas todas as etapas do PAAI, em razão do conhecimento de descumprimento de cláusula editalícia, inadimplência ou descumprimento de obrigação contratual

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

por parte de licitante, fornecedor ou contratado do COMAER, a autoridade instauradora do referido processo deverá decidir, motivadamente, sobre a aplicação ou não de sanção e, em caso positivo, sobre a sanção administrativa que melhor se adeque à situação apresentada, conforme critérios para a dosimetria estabelecidos nesta Portaria.

Parágrafo Único. Não se consubstanciam em sanções previstas na presente Portaria as disposições concernentes ao Instrumento de Medição de Resultados ou à remuneração variável, vinculada ao desempenho do contratado, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental ou prazos de entrega definidos no edital de licitação ou no contrato, com a especificação objetiva dos níveis de qualidade esperados e as respectivas adequações de pagamento.

Art. 8º Os licitantes ou os contratados que incidirem nas condutas definidas no art. 6º desta Portaria, descumprindo, total ou parcialmente, obrigações previamente estabelecidas, ficarão sujeitos às seguintes sanções:

- I - advertência;
- II – multa compensatória;
- III – multa moratória;
- IV - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal; e
- V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Para a aplicação de sanções administrativas devem ser considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que da infração provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A aplicação de quaisquer sanções elencadas no caput não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

CAPÍTULO III DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I Da advertência

Art. 9º A advertência é a sanção administrativa reservada exclusivamente quando o contratado der causa à inexecução parcial, desde que não cause dano à Administração, ou seja, quando infringir, pela primeira vez, obrigações afetas à entrega e substituição de bens ou de nota fiscal com incorreção, descumprimento de cláusulas contratuais, ou ainda, pelo não cumprimento de orientações do fiscal ou membro da comissão fiscalizadora de contrato.

Art. 10. A advertência deverá ser proposta quando não se justificar a imposição de sanção mais grave e não poderá ser aplicada em caso de reincidência na mesma espécie de descumprimento.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

Seção II Da multa

Art. 11. A multa de que trata o inciso II do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 poderá incidir em quaisquer das infrações previstas no art. 6º desta Portaria, podendo ser combinada com as demais sanções administrativas previstas nos incisos I, III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser moratória e/ou compensatória.

Art. 12. O valor total da multa aplicada não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, considerando-se neste caso, a multa moratória e compensatória aplicadas concomitantemente.

§ 1º Para a aplicação de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Art. 13. A Unidade Gestora (UG) sancionadora deverá notificar o contratado acerca da decisão final, a qual contemplará as razões e sanções, bem como o valor da multa, se for o caso.

Art. 14. Os procedimentos de cobrança, parcelamento, atualização e suspensão de cobrança da multa estão previstos no Manual Eletrônico de Contratações Públicas do Comando da Aeronáutica (Manual I) do RADA-e.

Subseção I Da multa compensatória

Art. 15. A multa compensatória possui um caráter indenizatório e será calculada na forma do edital ou do contrato, estabelecidos parâmetros proporcionais às infrações.

§ 1º O percentual da multa a ser aplicado dependerá da dimensão dos danos causados, respeitados os limites de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta. Não havendo danos, e não sendo cabível a advertência, ou sendo esses de difícil quantificação, poderão ser utilizados os parâmetros indicados nesta Portaria.

§ 2º No caso de condutas tipificadas nos incisos IV e V do art. 6º desta Portaria, poderá ser aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento), por ocorrência.

§ 3º No caso de condutas tipificadas no inciso VI do art. 6º desta Portaria, poderá ser aplicada multa de 2% (dois por cento), por ocorrência.

§ 4º No caso de condutas tipificadas nos incisos I, VIII e XII do art. 6º desta Portaria, poderá ser aplicada multa de 5% (cinco por cento), por ocorrência.

§ 5º No caso de condutas tipificadas nos incisos II, III, IX, X e XI do art. 6º desta Portaria, poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento), por ocorrência.

§ 6º No caso de condutas tipificadas no inciso VII do art. 6º desta Portaria, poderá ser aplicada a multa de 2% (dois por cento), sem prejuízo do previsto nos dispositivos seguintes.

Art. 16. Nos casos em que os danos causados à Administração possam ser quantificados preliminarmente à publicação do edital, caberá ao Ordenador de Despesas justificar a adoção de parâmetro específico de aplicação de multa para a contratação, diferente dos acima sugeridos.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

Subseção II
Da multa moratória

Art. 17. A multa moratória possui efeito persuasório, com o objetivo de estimular o contratado a cumprir a obrigação avençada. No caso de condutas tipificadas no inciso VII do art. 6º desta Portaria, especificamente quando ensejar o retardamento da execução em obras, serviços de engenharia e serviços contínuos, em relação ao prazo de execução das etapas previstas no cronograma físico-financeiro, poderá(ão) ser aplicada(s) multa(s) calculada(s) com base na seguinte fórmula:

I - $M = (C/T) \times N \times F$, sendo:

- a) M = valor da multa;
- b) C = valor correspondente à fase, etapa ou parcela do serviço em atraso;
- c) T = prazo constante no cronograma físico-financeiro, para a execução da fase, etapa ou parcela do serviço, em dias úteis;
- d) N = período de atraso em dias corridos; e
- e) F = fator progressivo de correção por dia de atraso.

II - o fator progressivo de correção (F) é obtido conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Fator progressivo de correção por dia de atraso

PERÍODO DE ATRASO (DIAS CORRIDOS)	F
Até 10 dias	0,03
De 11 a 20 dias	0,06
De 21 a 30 dias	0,09
De 31 a 40 dias	0,12
Acima de 40 dias	0,15

§1º Caso o valor da multa calculada de acordo com a fórmula constante do caput deste artigo não alcance o mínimo previsto no caput do art. 12 desta Portaria, deve-se afastar o valor apurado mediante fórmula e aplicar a multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Art. 18. No caso de condutas tipificadas no inciso VII do art. 6º, exceto nos casos previstos no art. 14, ambos desta Portaria, poderá(ão) ser aplicada(s) multa(s), de acordo com a faixa que abranger o período de atraso, conforme abaixo:

I - atraso até o 3º (terceiro) dia, multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta;

II - atraso entre o 4º (quarto) até o 30º (trigésimo) dia, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, por dia corrido de atraso; e

III - atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) até o 60º (sexagésimo) dia, inclusive, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, por dia corrido de atraso.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

Art. 19. Em se tratando de compras/obras ou serviços de engenharia, prestação de serviços de conservação e limpeza ou qualquer outro serviço contínuo, o atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos será considerado como inexecução total do contrato.

Seção III

Do impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal

Art. 20. O impedimento de licitar e contratar, nos termos do inciso III, do art. 156, da Lei nº 14.133/2021 será aplicado com a seguinte gradação:

I - por até 30 (trinta) dias:

- a) no descumprimento do prazo fixado para adoção de medidas corretivas, quando da aplicação da sanção de advertência; e
- b) na perturbação de qualquer ato da sessão pública da licitação.

II - por até 3 (três) meses:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) na arguição da inexequibilidade dos próprios preços ofertados; e
- c) na falta de apresentação de amostra no prazo determinado, quando houver previsão no edital da licitação.

III - por até 6 (seis) meses:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) na falta de apresentação de garantia contratual, nos termos do edital da licitação ou da dispensa e inexigibilidade;
- d) na reincidência da prática de ilícito sancionável na forma dos incisos I e II, em prazo inferior a 24 (vinte e quatro) meses;
- e) na aplicação da segunda sanção administrativa de multa no mesmo PAG;
- f) na aplicação de duas sanções administrativas de advertência e uma de multa, no âmbito do contrato, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o contratado tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração; e
- g) na aplicação de duas sanções administrativas de multa no âmbito do contrato, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o contratado tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração.

IV - por até 12 (doze) meses:

- a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- b) quando o contratado não quitar/saldar a multa no prazo estabelecido, nas situações em que não for possível descontar o seu valor da garantia ou dos créditos decorrentes de parcelas executadas; e
- c) na reincidência de prática de inadimplemento sancionável na forma do inciso III, em prazo inferior a 36 (trinta e seis) meses.

V - por até 24 (vinte e quatro) meses:

- a) na paralisação do serviço, da obra ou do fornecimento de bens sem justo motivo e sem prévia comunicação à Administração;
- b) dar causa à inexecução total do contrato; e

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

c) na reincidência da prática de inadimplemento sancionável na forma do inciso IV deste item, em prazo inferior a 48 (quarenta e oito) meses.

VI - por até 36 (trinta e seis) meses:

a) dar causa à inexecução total do contrato que ocasione grave dano à Administração ou paralisação de serviços públicos ou ao interesse coletivo.

Art. 21. Para efeito do disposto nesta Portaria, a aplicação da sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 1º O impedimento de licitar e contratar só produz efeitos para o futuro, sem interferir nos contratos já existentes e em andamento.

Seção IV

Da declaração de inidoneidade

Art. 22. As hipóteses de cabimento específicas para a imposição da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são as previstas nos incisos VIII a XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, ou ainda na ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos II a VII do art. 155 da mesma Lei, que justifiquem a imposição de sanção mais grave que o impedimento de licitar e contratar.

§ 1º O PAAI que, eventualmente, concluir pela aplicação da declaração de inidoneidade, será encaminhado ao Ministro de Estado da Defesa, via cadeia de comando, após análise jurídica da Consultoria Jurídica-Adjunta do Comando da Aeronáutica (COJAER), em face da competência exclusiva de aplicação da sanção.

§ 2º Os critérios para a declaração de inidoneidade serão definidos pelo Ministro de Estado da Defesa.

3º A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 4º No ato de declaração de inidoneidade, a UG que sugerir a aplicação da sanção deverá indicar no respectivo PAAI, para fim de reabilitação do sancionado, o valor a ser ressarcido, com os acréscimos legais devidos e as eventuais obrigações.

CAPÍTULO IV

DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Art. 23. Da aplicação da sanção, caberá pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado pelo sancionado perante a própria autoridade que aplicou a sanção, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento, consoante art. 167 da Lei nº 14.133/2021, possuindo efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 213, de 23 NOV 2023)

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. As disposições concernentes à instrução processual do PAAI, inclusive pedido de reconsideração da aplicação da sanção, estão descritos no Manual Eletrônico de Contratações Públicas do Comando da Aeronáutica, anexo I do RADA-e.

Art. 25. A Administração deverá providenciar os registros das sanções nos cadastros pertinentes previstos no Manual Eletrônico de Contratações Públicas do Comando da Aeronáutica, anexo I do RADA-e, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

Art. 26. Esta Portaria deverá ser referenciada nas minutas dos editais de licitações, nas minutas de termos de contrato e nos avisos de contratação direta, em todos os processos administrativos de contratação abertos a partir do início da sua vigência, bem como deverá ser disponibilizada para consulta aos interessados, em local de fácil acesso.

Art. 27. Os regramentos previstos na presente Portaria referem-se às contratações realizadas com base na Lei nº 14.133/2021.

§ 1º As disposições desta Portaria estarão válidas até superveniência de Regulamentação Federal sobre o tema, ocasião na qual a Portaria em tela será reeditada.

§2º Os atos previstos como infrações administrativas que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

Art. 28. As contratações realizadas com base na Lei nº 8.666/1993, na Lei nº 10.520/2002 e na Lei nº 12.462/2011 deverão seguir estritamente o previsto na ICA 12-23.

Art. 29. As situações não previstas nesta Portaria serão submetidas à apreciação do Sr. Comandante da Aeronáutica, por proposição da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA).

Art. 30. Esta Portaria entrará em vigor no dia 1º de dezembro de 2023.

Ten Brig Ar MARCELO KANITZ DAMASCENO
Comandante da Aeronáutica

6 - PORTARIA - DISPOSIÇÕES

PORTARIA GABAER Nº 620/GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

Autoriza o recebimento, por transferência de responsabilidade administrativa, de imóveis da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) para o Comando da Aeronáutica (COMAER).



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	EDITAL E SEUS ANEXOS
Data/Hora de Criação:	28/04/2025 14:47:54
Páginas do Documento:	138
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	139
Hash MD5:	b6ea91b3ee7c611926852da9a891244d
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap GRAZIELLE DE OLIVEIRA GRANDO no dia 05/05/2025 às 16:23:17 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major RAQUEL TERESA DE SOUZA GOMES OLIVEIRA no dia 15/05/2025 às 10:30:37 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel JOÃO PAULO GOMEZ LIMA DA SILVA no dia 17/05/2025 às 16:11:51 no horário oficial de Brasília.